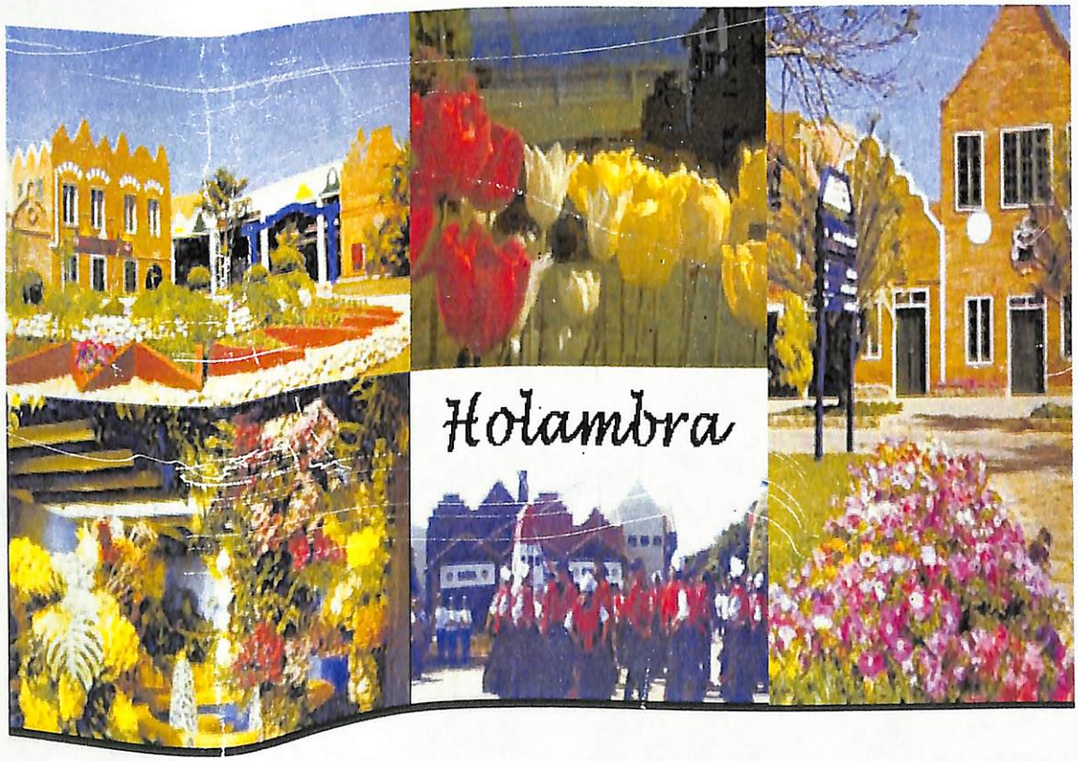
# XEROX DE LEIS

# COMPLEMENTARES

# 2013



# LEI COMPLEMENTAR N.° 251.

**"Dispõe Sobre a criação do Serviço de Água e Esgoto e Drenagem Urbana de Holambra – SAEHOL, e dá outras providências".**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR":

**Art. 1º** Fica criado como entidade autárquica municipal, de direito público interno da administração indireta do Município da Estância Turística de Holambra, o "SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA - SAEHOL", com personalidade jurídica própria, sede e foro no Município da Estâcia Turística de Holambra, Estado de São Paulo, dispondo de autonomia administrativa, econômica e financeira, dentro dos limites traçados na presente lei.

**Art. 2º** O SAEHOL exercerá sua ação em todo o Município da Estâcia Turística de Holambra, competindo-lhe, com exclusividade:

**a)** planejar, estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contratos, convênios ou consórcio com organizações, instituições, entes, ou empresas de direito público ou privado, as obras e serviços relativas à operação, manutenção, construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de água potávele esgoto sanitário,e, drenagem urbana do Município;

**b)** atuar como órgão coordenador e fiscalizador ou agência reguladora da execução dos contratos, convênios ou consórcio estabelecidos com organizações, instituições, entes, ou empresas de direito público ou privado, para o planejamento, estudo, projeto e execução de obras e serviços relativas à operação, manutenção, construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de água potável e esgoto sanitário, e, drenagem urbana do Município, e dos contratos firmados entre o Município e os órgãos federais ou estaduais para os estudos, projetos e obras de construção, ampliação ou remodelação dos serviços públicos de abastecimento de água, de captação e tratamento de esgoto sanitário,e, da drenagem urbana.

**c)** operar, manter, conservar e explorar diretamente, autorizar, permitir, conceder ou manter sob contrato, convênio ou consórcio nos moldes das alíneas anteriores, os serviços de abastecimento de água potável, e a coleta, afastamento e tratamento do esgoto sanitário, e, da drenagem urbana do Município;

**d)** lançar, fiscalizar, arrecadar ou regular as tarifas dos serviços de água e esgotos, e os preços públicos que incidirem sobre os usuários beneficiados com tais serviços;

**Continuação da Lei Complementar n.º 251/2013.**

**e)** exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de água eesgoto,e da drenagem urbana, compatíveis com leis gerais e específicas, inclusive aquelas atividades ligadas, direta ou indiretamente, ao controle e combate às poluição dos cursos d'água existentes no Município.

**Art. 3º** O SAEHOL será administrado por uma DIRETORIA, com mandato coincidente e concomitante ao mandato da autoridade nomeante, composto por um Presidente Superintendente, um Diretor de Administração e Finanças, um Diretor de Serviços, cargos de confiança nomeados em comissão pelo Prefeito Municipal.

**§1º.** Compete ao Presidente Superintendente do "SAEHOL", sua representação em juízo ou fora dele, podendo, no entanto, nomear representantes legais para tanto, através de procurações específicas, cabendo ainda presidir o DIRETORIA.

**§2º.** Compete ao Diretor de Administração e Finanças dirigir todos os serviços administrativos e financeiros do "SAEHOL" e secretariar o DIRETORIA.

**§3º.** Compete ao Diretor de Serviços, se responsabilizar pela gestão, gerenciamento e supervisão de todos os serviços técnicos relacionados aos abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos a encargo do "SAEHOL" sejam eles executados diretamente, sob autorização, permissão, concessão, mediante contrato, convênio ou consórcio.

**Ar. 4º** O patrimônio do "SAEHOL" será incialmente constituído de todos os bens móveis, imóveis, instalações, títulos, materiais e outros valores próprios do Município, atualmente destinados, empregados e utilizados nos sistemas de água e esgoto sanitário, e, da drenagem urbana, os quais lhe serão entregues sem qualquer ônus ou compensações, seja a que título for, por termo próprio após o competente inventário.

**Art. 5º** A receita do "SAEHOL" será proveniente, essencialmente, dos seguintes recursos:

**a)** do produto de quaisquer tributos, preços públicos ou remuneração decorrentes diretamente dos serviços de água e esgotos, especialmente pela instalação, reparo, aferição, colocação e conservação de hidrômetros, serviços referentes às ligações de água e esgotos, prolongamentos de redes por conta de terceiros, e da arrecadação proveniente do exercício de seu poder de polícia de quanto se insira no seu campo de competência, inclusive dos créditos tributários já inscritos na Dívida Ativa do Município, que se refiram às cobranças de tarifa ou taxas dos serviços de água e esgoto;

**Continuação da Lei Complementar n.º 251/2013.**

**b)** das tarifas que incidirem sobre os usuários dos serviços de água e esgotos sanitários;

**c)** dos auxílios, subvenções e créditos especiais e ou adicionais que lhe forem concedidos, inclusive para obras, pelo Governo Federal, Estadual e ou Municipal ou por organismos de cooperação, nacionais ou internacionais;

**d)** do produto de juros sobre depósitos bancários e outras rendas patrimoniais;

**e)** do produto de venda de materiais inservíveis e da alienação de bens patrimoniais que se tornarem necessários aos seus serviços;

**f)** do produto de cauções ou depósitos que reverterem aos seus cofres por inadimplemento contratual;

**g)** das taxas, preços públicos e multas relativas à sua atuação e decorrentes de seu poder de polícia e fiscalização;

**h)** de doações, legados e outras rendas que por sua natureza ou finalidade, lhe devam caber.

**Parágrafo único** - Mediante lei específica, poderá o "SAEHOL" realizar operações de crédito para antecipação de receita ou para obtenção de recursos necessários à execução de obras de ampliação ou remodelação dos sistemas de água e esgotoe da drenagem urbana.

**Art. 6º** O sistema tarifário será estabelecido em regulamento próprio do SAEHOL e editado por decreto do executivo.

**§1º.** As tarifas básicas para a cobrança dos serviços de água e esgoto são os estabelecidos na presente Lei.

**§ 2º.** A composição das tarifas deverá ter como componentes:

**I** – Tarifa Operacional de Água (TOA) e de esgoto(TOE), destinada a cobrir as despesas de custeio, manutenção e operação necessárias à prestação do serviço adequado de água e de esgoto, bem como as de regulação quando feita por entidade externa.

**II** - Tarifa de Amortização de Investimento (TAI), destinada a cobrir as despesas de investimentos em recuperação, melhoria e ampliação dos sistemas de água e esgoto constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor e a depreciação das unidades do sistemas para manutenção da capacidade original instalada.

**Continuação da Lei Complementar n.º 251/2013.**

**§ 2º.** Além da Tarifa Operacional de Água e Esgoto e da Tarifa de Amortização dos Investimentos, o SAEHOL poderá cobrar os preços públicos para realização de serviços complementares ao fornecimento de água e coleta de esgotos, conforme regulamento próprio do SAEHOL.

**§3º.** Os valores da Tarifa Operacional de Água (TOA) e de esgoto (TOE) para as diversas categorias e faixas de consumo, inclusive as de natureza social, são as constantes das Tabelas I e II do Anexo I da presente lei.

**§4º.** A Tarifade Amortização de Investimentos (TAI) corresponderá a umvalor mensal por economia atendida com água, cadastrada e ativa, sendo calculada anualmente, na mesma data do reajuste da tarifa operacional, utilizando-se fórmula a ser detalhada em regulamento próprio do SAEHOL, sendo que o percentual máximo sobre o investimento a ser adotado para remuneração de capital será de 15% (a.a.).

**§5º.** Não poderão compor os valores da tarifade investimento aqueles originados de transferências voluntárias de recursos não onerosos obtidos de dotações orçamentárias do Município, do Estado ou da União, ou de qualquer entidade pública ou privada.

**§6º.** O SAEHOL poderá praticar tarifas especiais para grandes consumidores na categoria não residencial, desde que não implique em subsídios.

**§7º.** Os reajustes dastarifase preços serão anuais conforme estabelecido em regulamento ou na periodicidade que a legislação em vigor determinar.

**§8º.** As tarifas acima especificadas, terão reajuste automático, para aplicação no cálculo das contas do primeiro dia do mês subsequente do mês de cálculo do reajuste.

**§9º.** Para o cálculo do reajuste da Tarifa Operacional (TOA – TOE) o SAEHOL utilizará de forma justificada, em documento oficial interno do mesmo, fórmula paramétrica que considere a variação dos principais itens de incidencia de custos no período, em especial os custos da mão de obra, os de materiais e os de energia elétrica.

**§10.** O reajuste da Tarifade Amortização dos Investimentos admitirá o valor dos investimentos ainda não amortizados, utilizados como base de cálculo para a tarifa de investimento, atualizado anualmente com base na variação do índice do Custo Unitário Básico (CUB) do SindusCon-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo.

**Continuação da Lei Complementar n.º 251/2013.**

**§11.** O reajuste dos preços dos serviços complementares será pela variação do IGPM/FGV (Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas)ou o índice que vier sucedê-lo.

**§12.** A revisão das tarifas e preços dos serviços complementares será efetuada ordinariamente a cada ano e extraordinariamente sempre que houver comprovado desequilíbrio econômico-financeiro dos valores originais.

**Art. 7º** O "SAEHOL" terá quadro próprio de servidores sujeitos ao Regime Estatutário, estabelecido por estatuto próprio, regido subsidiariamente pelas normas aplicáveis aos servidores da Administração Direta, naquilo em que não conflitar.

**§1º.** O quadro do DIRETORIA com as respectivas remunerações, será o constantes do ANEXO II da presente Lei Complementar.

**§2º.** O quadro de servidores e respectivas remunerações será aquele aprovado por lei própria.

**§3º.** O "SAEHOL" deverá incorporar os servidores atualmente lotados no Departamento de Água e Esgoto do Município, ressalvados os casos em que o servidor já estiver lotado efetivamente em outro setor e optar pela permanência no quadro da Administração Direta.

**§4º.** Compete à Administração do "SAEHOL" admitir, movimentar e dispensar seus empregados de acordo com as normas a serem fixadas em seu Estatuto e respectivo Regimento Interno.

**§6º.** O SAEHOL submete-se ao Regime de Previdência Municipal, gerido pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA – IPMH.

**§7º.** Para preenchimento dos cargos em comissão previstos nesta lei , os nomeados não poderão possuir impedimento ao exercício de cargo público por decisão judicial ou pelos impedimentos previstos nas alíneas de *c* a *q* do inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990 (Lei da Ficha Limpa).

**Art. 8º** Aplicam-se ao "SAEHOL" em relação aos seus bens, rendas e serviços, todas as prerrogativas, isenções, favores fiscais e demais vantagens que os serviços municipais gozam e que lhes cabem por lei.

**Art. 9º** O "SAEHOL" submeterá à apreciação da Prefeitura e Câmara Municipal:

**a)** proposta anual de orçamento - programa e programação financeira;

**b)** plano anual de investimentos;
**c)** plano de trabalho anual;
**d)** relatório anual de atividades desenvolvidas;
**e)** prestação anual de contas do exercício.
**f)** o Plano e Saneamento Básico específico nos termos do art. 19, da Lei Ordinária nº 11.445, de 05 de janeiro de 2005 e sua alterações.

**§1º.** O "SAEHOL" enviará à Câmara Municipal e ao COMDEMA, mensalmente, através do Poder Executivo, os balancetes de Receita e Despesa.

**§2º.** O "SAEHOL", na condição de Autarquia Municipal, prestará contas anualmente ao Tribunal de Contas do Estado, respondendo seus gestores pelo fiel desempenho de suas atribuições e mandatos, na forma da lei.

**§3º.** O controle social do SAEHOL será exercido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, ao qual deverão ser encaminhados os expedientes enumerados nas alíneas "a" a "f", para que deles possam se manifestar.

**Art. 10** O Executivo Municipal regulamentará a presente lei expedindo decreto quanto aos regulamentos dos Serviços de Água e Esgoto e o respectivo Regulamento das Tarifas, sendo aplicáveis até a regulametação, as tarifas básicas fixadasno Anexo I da presente Lei.

**Art. 11** O Presidente Superintendente do "SAEHOL" expedirá os atos necessários à completa regulamentação da presente lei, especialmente o Regimento Interno do "SAEHOL".

**Art. 12** As despesas decorrentes da implantação do "SAEHOL", correrão por conta de dotação orçamentária vigente, suplementada se necessário, passando a integrar o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária (LOA) do exercício de sua instalação.

**Art. 13** O Prefeito Municipal, mediante decreto devidamente fundamentado, poderá determinar a intervenção do "SAEHOL", sempre por motivo de interesse público.

**Art. 14** A liquidação do "SAEHOL", com o consequente encerramento de suas atividades, será determinada por lei, após intervenção decretada, e resolvidas todas as pendências e obrigações da entidade.

**Parágrafo único** - No caso de liquidação de que trata o presente artigo, todos os bens móveis, imóveis, equipamentos e valores de qualquer espécie reverterão ao Município, mediante respectivos inventários.

**Continuação da Lei Complementar n.º 251/2013.**

**Art. 15** O SAEHOL na qualidade de ente autônomo responsável pelos serviços previstos na presente Lei, deverá incorporar ao Sistema Municipal de Água e Esgoto todos os serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto destinados ao atendimento público, ainda que administrado por ente privado, em especial o serviço de tratamento e distribuição de água, para atendimento público, gerenciado pela COOPERATIVA PECUÁRIA HOLAMBRA – Divisão de Alimentos.

**Parágrafo único.** O SAEHOL fica subrogado nos direitos e obrigações advindas da Lei Municipal nº 663 de 17 de dezembro de 2008, passando a representar o Município da Estância de Holambra ativa e passivamente nas relações dela decorrentes.

**Art. 16** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 17** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 346, de 09 de junho de 2000.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de dezembro de 2.013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 025/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 074/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**Continuação da Lei Complementar n.º 251/2013.**

# ANEXO I

## TABELA I
## TARIFA OPERACIONAL ÁGUA (TOA)
## (§3º, art. 6º)

| CATEGORIA RESIDENCIAL | | |
|---|---|---|
| **faixa de consumo** | **valor em reais** | **unidade** |
| de 0 a 5 m3<br>6 a 10 m3 | ISENTO<br>R$ 1,65 | M3 |
| 11 a 15 m3 | R$ 1,75 | M3 |
| 16 a 20m3 | R$ 1,85 | M3 |
| 21 a 30m3 | R$ 2,00 | M3 |
| 31 a 40m3 | R$ 2,15 | M3 |
| acima de 41m | R$ 2,40 | M3 |

| CATEGORIA COMERCIAL | | |
|---|---|---|
| **faixa de consumo** | **valor em reais** | **unidade** |
| de 0 a 10 m3 | R$ 33,20 | M3 |
| 11 a 15 m3 | R$ 3,50 | M3 |
| 16 a 20 m3 | R$ 3,70 | M3 |
| 21 a 30 m3 | R$ 4,00 | M3 |
| 31 a 40 m3 | R$ 4,30 | M3 |
| acima de 41m3/mês | R$ 4,80 | M3 |

| CATEGORIA INDUSTRIAL | | |
|---|---|---|
| **faixa de consumo** | **valor em reais** | **unidade** |
| de 0 a 10 m3 | R$ 66,40 | M3 |
| 11 a 30 m3 | R$ 5,20 | M3 |
| 31 a 100 m3 | R$ 7,60 | M3 |
| Acima de 101 | R$ 8,40 | M3 |

**Continuação da Lei Complementar n.º 251/2013.**

## TABELA II
## TARIFA OPERACIONAL ESGOTO (TOE)
## (§3º, art. 6º)

| CATEGORIA RESIDENCIAL | | |
|---|---|---|
| **faixa de consumo** | **valor em reais** | **unidade** |
| de 0 a 5 m3<br>6 a 10 m3 | ISENTO<br>R$ 1,65 | M3 |
| 11 a 15 m3 | R$ 1,75 | M3 |
| 16 a 20m3 | R$ 1,85 | M3 |
| 21 a 30m3 | R$ 2,00 | M3 |
| 31 a 40m3 | R$ 2,15 | M3 |
| acima de 41m | R$ 2,40 | M3 |

| CATEGORIA COMERCIAL | | |
|---|---|---|
| **faixa de consumo** | **valor em reais** | **unidade** |
| de 0 a 10 m3 | R$ 33,20 | M3 |
| 11 a 15 m3 | R$ 3,50 | M3 |
| 16 a 20 m3 | R$ 3,70 | M3 |
| 21 a 30 m3 | R$ 4,00 | M3 |
| 31 a 40 m3 | R$ 4,30 | M3 |
| acima de 41m3/mês | R$ 4,80 | M3 |

| CATEGORIA INDUSTRIAL | | |
|---|---|---|
| **faixa de consumo** | **valor em reais** | **unidade** |
| de 0 a 10 m3 | R$ 66,40 | M3 |
| 11 a 30 m3 | R$ 5,20 | M3 |
| 31 a 100 m3 | R$ 7,60 | M3 |
| Acima de 101 | R$ 8,40 | M3 |

**NOTA 1. AOS VALORES CONSTANTES DA TABELA II – TARIFA OPERACIONAL DE ESGOTO (TOE), PARA EFEITO DA TARIFA BÁSICA FIXADA NA PRESENTE LEI DEVERÁ SER APLICADO UM ÍNDICE REDUTOR DE 0,60 CORRESPONDENTES A 60% DO VALOR FIXADO.**

**Continuação da Lei Complementar n.º 251/2013.**

## ANEXO – II

| CARGO/FUNÇÃO | QUANTIDADE | FORMA DE PROVIMENTO | REQUISITOS | ATRIBUIÇÕES | Subsídios em parcela única (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| Presidente Superintendente | 01 | EM COMISSÃO | Nível superior, preferencialmente em Engenharia, Saneamento, Administraçã, Economia, ou Direito. | Representar o "SAEHOL", ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo para tanto, constituir procuradores com poderes específicos e autorizar prepostos. Planejar, supervisionar e coordenar as atividades da autarquia. Estabelecer metas, normas e diretrizes de trabalho para todas as unidades. Acompanhar a execução de obras e serviços da autarquia. Despachar o expediente da autarquia, baixar portarias, instruções, circulares, ordens de serviços e outros. Proceder ao Plano de Desenvolvimento Estratégico da autarquia. Monitorar e propor correções ou alterações no Plano Básico de Saneamento de acordo com as necessidades e nova realidade encontrada, mediante parecer prévio da Diretoria, e desenvolver outras atividades correlatas que lhe forem afetas. | 5.469,84 |
| Diretor Administrativo e Financeiro | 01 | EM COMISSÃO | Nível superior em Administração, Economia ou Direito e/ou técnico ou superior em Contabilidade | Coordenar e orientar os serviços administrativos e financeiros da autarquia. Organizar o quadro de servidores. Admitir e demitir pessoal para os serviços da autarquia, bem como, determinar o pagamento de remuneração fixada em lei, desde que devidamente autorizado pelo Presidente. Implementar a estrutura administrativa da autarquia, a ser fixada em Regimento Interno, bem como aplicar as penalidades previstas, desde que devidamente autorizado pelo Presidente. Contratar serviços e | 3.137,17 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | fornecimento de materiais relativos a obras e equipamentos técnicos, com a estrita observância da legislação em vigor, pertinente às licitações, após a autorização expressa do Presidente. Despachar o expediente e baixar atos administrativos dentro de sua competência. Autorizar a prestação de serviços extraordinários. Autorizar compras, pagamentos, restituições e adiantamentos, com a observância da legislação em vigor. E elaborar o relatório anual das atividades afetas às suas funções, bem como, as prestações de contas relativas ao exercício. Colaborar na elaboração do Planejamento Estratégico da Autarquia e da proposta orçamentária anual junto às demais unidades. Movimentar nos termos legais e regulamentares, as contas de depósito nos estabelecimentos bancários devendo os respectivos cheques e outros documentos de sua movimentação conterem a assinatura do Diretor Administrativo e Financeiro e do Presidente. Autorizar os processos licitatórios e nomear a comissão competente. Estruturar e coordenar o Serviço e Atendimento ao Usuário – SAU. Desenvolver outras atividades correlatas que lhe forem afetas. | |
| Diretor de Serviços | 01 | EM COMISSÃO | Nível superior em Engenharia, preferencialmente em Engenharia | Representar o "SAGER" nos atos decorrentes das atribuições que lhe estiverem afetas. Coordenar e fiscalizar obras e serviços da | 3.137,17 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Sanitária | autarquia. Prestar assistência técnica às atividades da autarquia. Despachar o expediente de sua competência. Elaborar em conjunto com as demais unidades o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Autarquia, os projetos e orçamento das obras a serem executadas no exercício seguinte. Elaborar relatório anual das atividades afetadas às suas funções para o Presidente. Administrar a sua frota de veículos. Desenvolver outras atividades correlatas que lhe forem afetas. | |

# LEI COMPLEMENTAR N.º 250.

**"DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO 'SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DRENAGEM URBANA DE HOLAMBRA – SAEHOL", CRIA SEU QUADRO DE PESSOAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR":

## CAPÍTULO I
### Seção I
### Da Criação

**Art. 1º** O SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE HOLAMBRA – SAEHOL, constitui-se em entidade autárquica municipal criada por Lei Complementar específica, que lhe dá personalidade jurídica própria, sede e foro, de autonomia econômica, financeira e administrativa, dentro dos limites traçados em lei.

## CAPÍTULO II
## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 2º** Ficam instituídos por esta Lei Complementar, o Estatuto dos Servidores Públicos que compõe o Quadro de Pessoal do "SAEHOL" e sua organização administrativa.

**Art. 3°** Para efeito deste Regulamento considera-se:

**I** – Cargo: posições instituídas na organização administrativa funcional do SAEHOL, em quantidade certa com denominações próprias atribuições e responsabilidades específicas, ocupadas pelos servidores;

**II** – Posto de Trabalho: unidade de atribuição delimitada dentro do conjunto das responsabilidades de um cargo;

**III** – Vencimento: a retribuição pecuniária básica, paga pelo exercício do cargo, com valor fixado em lei;

**IV** – Remuneração: o vencimento do cargo público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei;

**V** – Tabela de Vencimentos: instrumento de administração dos vencimentos que contém o conjunto de vencimentos, em valores monetários;

**VI** – Gratificação de Função: valor pago ao servidor pelo exercício de atividades de maior complexidade e ou adicionais às atribuições e responsabilidades de seu cargo, não se incorporando aos vencimentos e sendo devida enquanto o servidor permanecer no exercício de Função Gratificada (FG);

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

**VII** – Quadro de pessoal: expressão da estrutura organizacional, definida por cargos e funções, estabelecido com base na força de trabalho necessária à obtenção dos objetivos do SAEHOL.

## CAPÍTULO III
## DO QUADRO DE PESSOAL

**Art. 4º** O quadro de pessoal compõe-se de:

**I** – Cargos Permanentes; e
**II** – Funções Gratificadas.

**Art. 5º** Fica instituído como regime jurídico trabalhista, para os Servidores Públicos Municipais, abrangidos pelo artigo 2º, da presente lei, o Regime Estatutário, na forma prevista na presente Lei.

### Seção I
### Dos Cargos Permanentes, Funções Gratificadas e Reestruturação do Quadro Funcional Existente

**Art. 6º** Os cargos permanentes, com sua quantidade, denominação, referência e respectivos requisitos para preenchimentoe atribuições, são os constantes do ANEXO I da presente lei.

**Art. 7º** O preenchimento dos cargos permanentes far-se-á através da aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos e ainda pela reestruturação do quadro administrativo previsto nesta lei, somente quando existir vaga.

**Art. 8º** As Funções Gratificadas, a serem preenchidas por servidores do quadro permenente,são aquelas constantes do ANEXO II, da presente lei, com sua quantidade, denominação, referência e respectivos requisitos para preenchimento.

**Parágrafo único.** Aos servidores contratados ou nomeados na forma prevista nos artigos antecedentes aplicar-se-á exclusivamente as regras previstas na presente Lei.

**Art. 9º** As Funções Gratificadas exercidas em confiança, são de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Presidente Superintendente, respeitadas as condições para o preenchimento.

**Art. 10** Fica estabelecida uma reestruturação no quadro funcional do Departamento de Água e Esgoto da Prefeitura Municipal, com o reenquadramento do pessoal, transferência ao "SAEHOL" ou aos Departamentos da Administração Direta, passando os servidores a ocuparem as funções e empregos, fixados conforme estabelecido no ANEXO III, da presente lei, mantidas suas atribuições e vencimentos, e benefícios adquiridos pelo exercício do cargo, nos termos da legislação atualmente vigente,sendo que essses cargos se extinguirão na vacância, quando não compatíveis com o quadro permanente fixado na presente lei.

**Parágrafo único.** Ao pessoal integrado ao SAEHOL decorrente da presente reestruturação administrativa se aplicam as regras previstas na presente Lei

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

e também aquelas aplicáveis aos servidores da Administração Direta que lhes forem atribuíveis.

## CAPÍTULO IV
## DO INGRESSO, EFETIVAÇÃO E PERMANÊNCIA

### Seção I
### Do Ingresso

**Art. 11** Os cargos públicos constantes da presente lei serão acessíveis a todos que preencham, obrigatoriamente, os seguintes requisitos básicos:

**I** – ser brasileiro ou estrangeiro desde que cumpram os requisitos exigidos em lei;

**II** – ter 18 (dezoito) anos completos ou ser emancipado civilmente;

**III** – estar em gozo de seus direitos políticos;

**IV** – preencher os requisitos do cargo, conforme dispõem os ANEXOS I e II, III da presente lei; e

**V** – gozar de boa saúde física ou mental, ressalvado o disposto no inciso VIII, do art. 37, da Constituição Federal;

**VI** – não possuir impedimento ao exercício de cargo público por decisão judicial ou pelos impedimentos previstos previstas nas alíneas de *c* a *q* do inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990 (Lei da Ficha Limpa).

**Art. 12** O servidor público será contratado mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações em comissão e os casos decorrentes da reestruturação administrativa prevista na presente Lei.

**Art. 13** O servidor público será contratado pelo vencimento correspondente ao seu respectivo cargo, dando-se-lhe posse.

**Art. 14** A posse corresponde à investidura no cargo público.

**§1º.** A posse e o exercício do servidor público comissionado ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada junto ao seu prontuário funcional.

**§2º.** Do termo de posse, assinado pela autoridade competente e pelo servidor, constará o compromisso de fiel cumprimento dos deveres do cargo.

**§3º.** É competente para dar posse, o Presidente Superintendente, e em sua falta, aquele que lhe for o substituto legal.

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

**§4º.** A posse deverá se verificar no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de nomeação no órgão oficial ou no quadro próprio de editais.

**§5º.** Não se verificando a posse no prazo estabelecido no parágrafo anterior será considerada, automaticamente, sem efeito.

**§6º.** O servidor no ato de posse, firmará declaração informando se exerce ou não outro cargo ou função pública, em órgão Federal, Estadual ou Municipal, entidades autárquicas e paraestatais.

## Seção II
## Da Efetivação e Permanência

**Art. 15** A efetivação do servidor no Quadro Permanente do SAEHOL, dependerá do sua ativação em Estágio Probatório pelo período de três anos, a contar de sua posse e sua permanência no serviço público dependerá de sua aprovação em avaliação de desempenho permanente.

**Parágrafo único.** Os procedimentos de comprovação de Estágio Probatório e Avaliação de Desempenho Permanente serão disciplinados por REGULAMENTOINTERNO DE RECURSOS HUMANOS, a ser elaborado pela Diretoria de Administração e Finanças e aprovado pelo DIRETORIA.

## CAPÍTULO V
## DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

**Art. 16** A contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, deverá se dar nas seguintes hipóteses:

**a)** Nos casos de vacância ocasionados por férias, licença remunerada de qualquer natureza, afastamento do trabalho por motivo de doença, morte, pedido de demissão ou demissão por justa causa de funcionário, limitado ao prazo de um ano, até que seja viável a elaboração de processo seletivo para contratação;

**b)** Nos casos de aumento incomum de demanda dos serviços, devidamente justificado e por decisão do DIRETORIA, pelo prazo máximo de seis meses.

**c)** Nos casos de calamidade pública, estado de emergência e nas ocorrências de epidemias, devidamente registrados e homologados, conforme o evento.

**d)** Nos casos de iminente perigo de supressão dos serviços ocasionado por paralisação ou greve de servidores, assim como, nas emergências, devidamente justificadas.

**e)** Nos casos em que houver risco de solução de continuidade de serviço essencial.

**f)** Para que seja atendido serviço essencial cuja solução de continuidade possa colocar em risco a saúde, a salubridade ou o bem estar das pessoas.

**g)** Não se admitirá a contratação nos moldes previstos no presente inciso fora das hipóteses previstas nas alíneas anteriores, assim como, não se tolerará a perpetuação da contratação temporária.

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

## CAPÍTULO V
## DA JORNADA DE TRABALHO E DO VENCIMENTO

### Seção I
### Da Jornada de Trabalho

**Art. 17** A Jornada de trabalho dos cargos em geral não poderá exceder a 44 (quarenta e quatro) horas semanais e a 8 (oito) horas diárias, exceto a compensação de horários.

**§1°.** Os cargos em confiança e as funções gratificadas serão exercidos em disponibilidade plena.

**§2°** O SAEHOL poderá também em razão da necessidade dos serviços, estabelecer o regime de jornada de trabalho de 12hX36h (doze por trinta e seis horas), em escalas de plantões.

**§3°** As profissões regulamentadas seguirão as cargas horárias fixadas na lei de regulamentação.

### Seção II
### Do Vencimento

**Art. 18** Nenhum servidor da Autarquia poderá perceber vencimento mensal inferior ao piso salarial dos servidores da Administração Direta.

**Art. 19** A tabela de vencimentos e respectivas referências a ser utilizada inicialmente e os valores monetários dos vencimentos dos servidores, são os constantes dos ANEXO I, II, III e IV da presente Lei, com revisão geral e anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices em relação aos servidores municipais da Administração Direta.

**Parágrafo único** – Os subsídios dos membros do DIRETORIA se darão em parcela única, fixada conforme a lei de criação da autarquia municipal, e revistos na mesma forma, época e proporção dos subsídios dos agentes políticos do Município (Prefeito, Vice-Prefeito, Diretores ou Secretários Municipais).

**Art. 20** Os vencimentos dos cargos da Autarquia não poderão ser superiores aos pagos do Chefe do Poder Executivo Municipal.

## CAPÍTULO VI
## DOS DIREITOS, VANTAGENS, DEVERES E BENEFÍCIOS

**Art. 21** Os direitos, vantagens, deveres e benefícios são os mesmos estabelecidos para os servidores da Administração Direta, excetuados aqueles estabelecidas no Estatuto do Magistério do Município, que não conflitem com as disposições contidas na presente Lei.

**§1°.** Além dos direitos, vantagens, deveres e benefícios, previstos no *caput*, poderão também ser estabelecidos outros em decorrência do REGULAMENTO INTERNO DE RECURSOS HUMANOS, aprovado pelo DIRETORIA, desde que não

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

impliquem em aumento de despesas, sendo nesta hipótese necessária a aprovação por lei complementar.

**§2º.** As normas disciplinares e o procedimento para sua apuração serão previstas no REGULAMENTO INTERNO DE RECURSOS HUMANOS, aprovado pelo DIRETORIA, garantida em qualquer hipótese a ampla defesa e o contraditório previstos constitucionalmente.

## CAPÍTULO IX
## DAS SUBSTITUIÇÕES

**Art. 22** Poderá haver substituições dos ocupantes de cargo de chefia ou em comissão, em seus impedimentos legais e temporários, desde que em período igual ou superior a 10 (dez) dias corridos, observando-se:

**I** – o substituto passará a perceber a diferença pecuniária existente entre o seu vencimento e o vencimento do substituído;

**II** – ao findar o prazo de substituição o substituto retornará ao seu cargo de origem, não adquirindo o direito de ser efetivado no cargo, nem tampouco qualquer vantagem do cargo, independentemente do prazo de substituição.

**Art. 23** A todo servidor público municipal, ocupante de cargo público, constante do Quadro de Pessoal Permanente do "SAEHOL", que ocupe ou venha a ocupar cargo de Presidente Superintendente, passará a perceber a diferença pecuniária existente entre o seu vencimento e o subsídio respectivo, retornando ao seu cargo de origem, após o comissionamento, vedada a incorporação dos subsídios recebidos a qualquer título.

## CAPÍTULO X
## DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 24** A Administração do "SAEHOL" será exercida por um DIRETORIA, composto por um Presidente Superintendente, um Diretor de Administração e Finanças e um Diretor de Serviços, cargos de confiança nomeados em comissão pelo Prefeito Municipal.

**Parágrafo único** - O Presidente Superintendente da Autarquia nomeará, os demais cargos ou funções em comissão.

## CAPÍTULO XI
## DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

**Art. 25** A estrutura básica administrativa do "SAEHOL" compõe-se das seguintes unidades de execução:

**1** – Presidência da Autarquia - PA.
**2** - Diretoria de Administração e Finanças – DAF.
**2.1** –Departamento dos Serviços de Administração – DSAD
**2.2** – Departamento dos Serviços de Arrecadação e Finanças - DSAF
**3** – Diretoria de Serviços – DS.
**3.1** – Departemento de Planejamento e Obras.

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

**3.2** – Departamento dos Serviços de Tratamento e Distribuição de Água - DSTA.

**3.3** – Departamento dos Serviços de Tratamento de Esgoto – DSTE

**Art. 26** As unidades competentes da estrutura administrativa do "SAEHOL", obedecerão à seguinte subordinação hierárquica:

**I** – Presidência;
**II** – Diretorias;
**III** – Departamentos; e
**IV** – Seção.

**Parágrafo único**. A estrutura e organograma funcionais serão definidos com fundamento na estrutura básica estabelecida neste capítulo pelo Regimento Interno da Autarquia.

## CAPÍTULO XII
## DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

### Seção I
### Da Presidência Superintendente

**Art. 27** À Presidência Superintendente compete:

**I** – Presidir a Diretoria da Autarquia;
**II** - representar o "SAEHOL", ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo para tanto, constituir procuradores com poderes específicos e autorizar prepostos;
**III** – supervisionar e coordenar as atividades da autarquia;
**IV** – estabelecer normas e diretrizes de trabalho para todas as unidades;
**V** – acompanhar a execução de obras e serviços da autarquia;
**VI** – despachar o expediente da autarquia, baixar portarias, instruções, circulares, ordens de serviços e outros; e
**VII** – propor ao Executivo Municipal, após elaboração da Diretoria Administrativa e Financeira e aprovação do DIRETORIA, o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual da Autarquia;
**VIII** – responsabilizar-se administrativa e judicialmente por todos os atos e negócios jurídicos da autarquia, solidariamente com os demais membros do DIRETORIA quando partícipes, respondendo pessoalmente por eventuais excessos no exercício do mandato outorgado.
**IX** - desenvolver outras atividades correlatas que lhe forem afetas.

**Art. 28** Nos impedimentos, ausências, afastamentos e na vacância até nova nomeação pelo Executivo Municipal, do cargo de Presidente Superintendente, o mesmo será ocupado sucessivamente pelo Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Serviços.

### Seção II
### Da Diretoria de Administração e Finanças

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

**Art. 29** À Diretoria de Administração e Finanças – DAF, compete:

**I** – Secretariar a Diretoria, coordenar e orientar os serviços administrativos e financeiros da autarquia;

**II** – organizar o quadro de servidores, propondo sua alteração, quando necessária para aprovação pelo DIRETORIA;

**III** – coordenar os processos de admissão e demissão de pessoal e concursos públicos para os serviços da autarquia, bem como, determinar o pagamento da remuneração fixada em lei;

**IV** – implementar a estrutura administrativa da autarquia, a ser fixada no Regimento Interno aprovado pelo DIRETORIA, bem como, aplicar as penalidades previstas;

**V** – responsabilizar-se pelos procedimentos de compras para aquisição de materiais, obras e serviços; pelo atendimento das normas gerais de licitação; e pela organização dos trabalhos da Comissão Permanente de Licitações - CPL;

**VI** – despachar o expediente e baixar atos administrativos dentro de sua competência;

**VII** – autorizar a prestação de serviços extraordinários, desde que devidamente justificados;

**VIII** – coordenar a administração do pessoal;

**IX** – elaborar o relatório anual das atividades afetas às suas funções, bem como, as prestações de contas relativas ao exercício;

**X** – organizar a elaboração da proposta do o Plano Plunrianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual da Autarquia junto às demais unidades;

**XI** – movimentar nos termos legais e regulamentares as contas bancárias devendo os respectivos cheques e outros documentos de sua movimentação com a assinatura conjunta do Diretor Administrativo e Financeiro e do Presidente Superintendente;

**XII** – autorizar os processos licitatórios e nomear a comissão competente;

**XIII** – estruturar e coordenar o Serviço de Atendimento ao Usuário – SAU;

**XIV** – desenvolver outras atividades correlatas que lhe forem afetas.

## Seção IV
## Da Diretoria de Serviços

**Art. 30** À Diretoria de Serviços – DS, compete:

**I** – elaborar o planejamento da Autarquia no que se refere aos Projetos de Expansão das redes de serviços do tratamento e abastecimento de água, e, do afastamento e tratamento de esgotos, inclusive no que se refere aos investimentos necessários, elaborando as propostas para a implementação do Plano de Saneamento Básico específico nos termos do art. 19, da Lei Ordinária nº 11.445, de 05 de janeiro de 2005 e suas alterações;

**II** – elaborar o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Trabalho Anual, a serem submetidos à aprovação do DIRETORIA;

**III** – representar o "SAEHOL" nos atos decorrentes das atribuições que lhe estiverem afetas, especialmente junto aos órgãos técnicos da fiscalização municipal, estadual e federal (CETESB, VISA, COMITÊ DE BACIAS, entres outros);

**IV** – autorizar, coordenar e fiscalizar obras e serviços da autarquia, aprovados no Plano de Trabalho Anual;

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

**V** – responsabilizar-se tecnicamente pelas atividades da autarquia;

**VI** – responsabilizar-se pela fiscalização geral da autarquia e dos serviços por ela prestados, e estabelecidos no Regulamento de Serviços, atuando com poder de polícia, podendo delegar as atribuições a outros servidores da autarquia para atuarem como agentes de fiscalização;

**VII** – despachar o expediente de sua competência;

**VIII** – elaborar em conjunto com as demais unidades o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual da Autarquia;

**IX** – elaborar Relatório Anual de Atividades correspondente ao Plano de Trabalho Anual;

**X** – coordenar os setores de transporte e manutenção da Autarquia; e

**XI** – desenvolver outras atividades correlatas que lhe forem afetas.

## CAPÍTULO XIII
## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 31** A suspensão do contrato de trabalho, do servidor público, para tratar de assuntos particulares, sem vencimentos, ficará a critério do Presidente Superintendente, observando-se:

**I** – só poderá ocorrer após 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço;

**II** – o prazo mínimo da suspensão do contrato de trabalho será de 03 (três) meses;

**III** – o prazo máximo da suspensão do contrato de trabalho será de 02 (dois) anos, renovado ou não por igual período, por deferimento do Presidente Superintendente;

**IV** – só poderá ocorrer nova licença ou afastamento do servidor após transcorrido o mesmo prazo do afatamento anterior, computados do término da última suspensão do contrato.

**Art. 32** O afastamento do servidor para exercício de mandato eletivo, far-se-á com observância da legislação eleitoral vigente, mediante simples requerimento protocolado junto ao protocolo geral da Autarquia, dentro do prazo legal.

**Art. 33** O Presidente do "SAEHOL" baixará os atos administrativos necessários à execução da presente lei, no prazo de cento e oitenta dias contados da efetiva instalação da Autarquia com a nomeação e posse de seu DIRETORIA.

**Art. 34** Os casos omissos serão solucionados pelo DIRETORIA, com fundamento nos dispositivos da Constituição Federal, Constituição Estadual, e Lei Orgânica Municipal.

**Art. 35** As despesas decorrentes da execução da presente lei para o primeiro exercício financeiro da Autarquia, serão atendidas por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento e suplementadas se necessário.

**Art. 36** Aplicam-se ao "SAEHOL", no que diz respeito a seus bens, rendas e serviços, todas as prerrogativas, isenções, favores fiscais e demais vantagens que os serviços municipais gozem, e que caibam por lei.

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

**Art. 37** O "SAEHOL" submeterá, anualmente, à aprovação da Câmara Municipal, o relatório de suas atividades e a prestação de contas do exercício, com o respectivo Relatório de Atividades Anual.

**Art. 38** Fica o "SAEHOL" autorizado a locar e dar em locação imóveis, visando atender as suas finalidades, dentro dos critérios e limites estabelecidos pela Lei Geral de Licitações.

**Art. 39** O "SAEHOL" fica autorizado a receber em doação, não onerosa, os bens móveis e imóveis que componham sistema particular de tratamento de água e esgoto, que se incorporará ao seu patrimônio.

**Art. 40** O reajuste salarial dos servidores Públicos, vinculados ao "SAEHOL", serão concedidos de acordo com a disponibilidade financeira da autarquia, respeitando-se as legislações vigentes e mediante Lei Complementar.

**Art. 41** O SAEHOL, se submetará ao Regime de Previdência Municipal, gerido pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA – IPMH, devendo entretanto o Presidente Superintendente, promover a instituição de Fundo de Previdência Próprio, assim que as condições técnicas permitirem, com adoção de Regime Previdenciário Próprio ou Complementar para o SAEHOL.

**Art. 42** As ações, programas e despesas relativas à presente lei, ficam incorporadas ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e a Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício de 2014.

**Art. 43** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 44** Revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 28 de Dezembro de 2013.

**FERNANDO FIORY DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 024/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 073/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

## ANEXO – I
## QUADRO DE SERVIDORES DE PROVIMENTO EFETIVO

| CARGO/FUNÇÃO | QUANTIDADE | REQUISITOS | ATRIBUIÇÕES | VENCIMENTO EM (R4) |
|---|---|---|---|---|
| Auxiliar de Serviços Gerais | 7 | Alfabetizado | Executar serviços em diversas áreas da organização, exercendo tarefas de natureza operacional em obras públicas, conservação e manutenção. Auxiliar nos serviços de armazenagem de materiais leves e pesados, tais como cal, cimento, areia, tijolos e outros, acondicionando-os em prateleiras ou pátios. Auxiliar nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores. Efetuar limpeza e conservação de áreas verdes, praças, terrenos baldios, ruas e outros logradouros públicos, carpindo, limpando, lavando, varrendo, transportando entulhos. Auxiliar o motorista nas atividades de carregamento, descarregamento e entrega de materiais e mercadorias. Auxiliar na preparação de rua para a execução de serviços de pavimentação, compactando o solo, esparramando terra, pedra, para manter a conservação dos trechos desgastados ou na abertura de novas vias. Auxiliar nas instalações e manutenções elétricas e hidráulicas, fornecendo materiais necessários e utilizando ferramentas manuais, para estruturar a parte geral das instalações. Auxiliar no assentamento de tubos de concreto, transportando-os e/ou segurando-os para garantir a sua correta instalação. Executar serviços de capinação em terrenos, ruas, avenidas, estradas rurais e outros logradouros públicos, carregando e descarregando galhos nos caminhões de coleta. Zelar pela conservação das ferramentas, utensílios e equipamentos de trabalho, recolhendo-os e armazenando-os nos locais adequados.Tirar leitura, separar e entregar as contas e entregar avisos de débito, dívida ativa ou notificações; executar outras tarefas que sejam correlatas. | 1 |
| Auxiliar Administrativo | 2 | Primeiro grau completo | Executar serviços gerais burocráticos nas diversas unidades administrativas, como a classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, arquivo, datilografia e/ou digitação em geral e atendimento ao público. Datilografar e/ou digitar cartas, memorandos, relatórios e demais correspondências da unidade. Recepcionar pessoas que procuram a unidade, inteirando-se dos assuntos a serem tratados, objetivando prestar-lhes as informações desejadas. Organizar e manter atualizados os arquivos de documentos da unidade. Atender e efetuar ligações telefônicas, | 5 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | anotando ou enviando recados e dados de rotinas ou prestando informações relativas aos serviços executados. Controlar o recebimento e expedição de correspondência, registrando-a em livro próprio. encaminhando-a ou despachando-a às pessoas interessadas. Redigir memorandos, circulares, relatórios, ofícios simples. Procedendo ainda arquivamento de processos, fichas de pagamento, correspondências, pequenos serviços de datilografia, organização e controle de arquivo e atendimento através de critérios previamente determinados.Executar outras tarefas que sejam correlatas. | |
| Bioquímico | 1 | Curso de graduação de nível superior em Bioquímica, Farmácia com Habilitação em Bioquímica de acordo com a Resolução 04/69 do Conselho Federal de Educação ou Farmácia (após a Resolução CNE/CES 02/2002) com o título de farmacêutico bioquímico concedido pelo respectivo Conselho de Classe, devendo o curso ser reconhecido pelo Ministério da Educação. Registro no respectivo Conselho de Classe com habilitação profissional. | Orientar a coleta de amostra para a realização das análises. Acompanhar e executar a realização das análises de água, esgoto e lodo de esgoto conforme Portaria 2914/2011- MS, Resolução CONAMA 357/2005, CONAMA 430/2011, CONAMA 396/2008 e Normas internas. Realizar o preparo de soluções, padrões, reagentes ou meios de cultura para análises. Ajustar e registrar dados de instrumentos de medição, executar calibração de vidraria e equipamentos utilizados para a realização das análises laboratoriais, calcular erro e incerteza e avaliar critérios de aceitação para conformidade do material. Preparar relatórios de ensaios, cartas de controle, gráficos de acompanhamento de pontos, para acompanhamento das amostras e padrões e determinar o limite de detecção dos métodos para expressão de resultados. Especificar materiais e insumos para padronização dos processos de análise, homologação de equipamentos. Elaborar processos para a contratação de serviços de análise ou aquisição de itens conforme área de atuação para atendimento aos limites adequados da análise e itens de qualidade. Relatar não conformidades para tomada de ações corretivas. Buscar alternativas de metodologias de análises. Realizar treinamento aos operadores de ETE´s e ETA´s quanto aos procedimentos laboratoriais e de coleta de amostras para confiabilidade dos resultados e uso adequado de instrumentos de medição e calibração de vidraria para manutenção preventiva destes materiais. Administrar e treinar grupo de multiplicadores internamente e junto ao RH. Gestão de área de atuação no desenvolvimento de metodologia, fornecedores, orientação técnica à equipe de trabalho para organização das atividades.Realizar o planejamento da área quanto aos investimentos necessários,materiais e contratações de serviços para atendimento dos cronogramas de análises. Elaborar e administrar processos de contratação de serviços de análise e materiais de laboratório Além das atribuições descritas | 8 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | anteriormente, poderão ser desenvolvidas outras atividades correlatas. | |
| Chefe de Divisão de Contabilidade | 1 | Curso Superior em Contabilidade ou Técnico com Registro no CRC | Controlar receitas e efetuar pagamento de despesas da organização, registrando a entrada e saída de valores, para assegurar a regularidade das transações financeiras e comerciais. Manter sob sua responsabilidade cofre, numerário, talões de cheques e outros valores pertencentes a organização, examinando os documentos que lhe são apresentados, para atender aos interesses da Administração Municipal. Receber em dinheiro ou cheque, taxas, impostos, serviços de pavimentação e outros serviços prestados pela prefeitura, efetuando a quitação dos mesmos. Recolher aos bancos, em conta corrente em nome do órgão público, todo o numerário recebido, mantendo em caixa apenas o necessário ao atendimento do expediente normal. Verificar periodicamente o numerário e os valores existentes nas contas bancárias do órgão público, supervisionando os serviços de conciliação bancaria, depósitos efetuados, cheques emitidos e outros lançamentos, para assegurar a regularidade das transações financeiras. Executar cálculos das transações efetuadas, comparando-os com as cifras anotadas em registro, para verificar e conferir o saldo do caixa. Preparar demonstrativo do movimento diário de caixa, relacionando os pagamentos e recebimentos efetuados, com os respectivos valores em dinheiro ou em cheques, para apresentar posição da situação financeira existente. Preparar a prestação de Contas Anual e o Balanço. Executar outras tarefas que sejam correlatas. | 8 |
| Eletricista | 1 | Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível médio, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, acrescido de curso de Eletricidade Básica (mínimo de 32 horas e assinatura do emitente reconhecida em cartório) ou experiência mínima de seis meses em instalação e manutenção de rede elétrica, comprovada por declaração do empregador com firma reconhecida ou registro em carteira de trabalho. | Executar trabalhos rotineiros de eletricista, colocando, fixando e montando quadros elétricos, caixas de fusíveis ou disjuntores. Efetuar ligações de fios e fonte fornecedora de energia, reparo e substituição de tomadas, alarmes, campainhas. Executam manutenção corretiva e preventiva em motores e bombas do sistema de água e esgoto e outros equipamentos elétricos. Realizar serviços de aterramento em diversos sistemas. Executar correção de queda de fusíveis em transformadores de alta tensão com recolocação de fusíveis e participa de planejamento de plano de prevenção de consumo elétrico;ler e interpretar plantas de projetos elétricos para execução dos serviços; instalar rede elétrica, lógicas de computadores e quadro telefônico para linha de dados; realizar montagem de quadro de força com barramento e fiação para aterramento e realizar manutenção preventiva e corretiva.Executar outras tarefas que sejam correlatas. | 5 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Encanador | 2 | Alfabetizado e Primeiro Grau incompleto | Executar a instalação das rede primária e secundária de água e esgoto em obras públicas de construção civil, abrindo valetas no solo ou rasgos em paredes, para introduzir tubos ou partes anexas, de acordo com as determinações dos croquis, esquemas ou projetos. Executar os serviços de consertos e manutenção de equipamentos hidráulicos, efetuando a substituição ou reparação de peças, para mantê-los em bom funcionamento. Testar as redes hidrosanitárias instaladas ou os equipamentos reparados, para garantir sua funcionalidade. Elaborar o orçamento de material hidráulico baseando-se nos projetos e obras, para aquisição do necessário.Executar outras tarefas que sejam correlatas. | 2 |
| Encarregado de Serviços de Água e Esgoto | 1 | Certificado de conclusão de curso de nível médio técnico, expedido por instituição oficial de ensino reconhecida pelo MEC. | Coordenar e promover a execução de todas as atividades de sua unidade, baseando-se nos objetivos a serem alcançados e na disponibilidade de recursos humanos e materiais, para definir prioridades e rotinas. Assessorar o Diretor de Serviços na elaboração da política administrativa da organização, fornecendo informações, sugestões, a fim de contribuir para a definição de objetivos. Controlar o desenvolvimento dos programas, orientando os executores na solução de dúvidas e problemas, tomando decisões ou sugerindo estudos pertinentes, para possibilitar melhor desempenho dos trabalhos. Avaliar o resultado dos programas, consultando o pessoal responsável pelas diversas unidades, para detectar falhas e propor modificações. Elaborar relatórios sobre o desenvolvimento dos serviços e os resultados atingidos, informando o Diretor de Serviços para uma avaliação da política de governo. Executar outras tarefas correlatas determinadas pela Diretoria.Executar outras tarefas que sejam correlatas. | 6 |
| Laboratorista | 1 | Certificado de conclusão de curso de nível médio técnico, expedido por instituição oficial de ensino reconhecida pelo MEC. | Realizar análises físico-químicas e bacteriológicas; coletar amostras de água e esgoto para análise de controle operacional; zelar pela conservação e guarda dos aparelhos e materiais de laboratório; proceder à esterilização dos materiais de uso; documentar as análises e exames realizados; levantar, organizar e fornecer dados estáticos de sua área de atuação; apresentar relatórios periódicos; controlar a dosagem de produtos químicos, utilizados no tratamento de água, por meio de regulagem da bomba dosadora e do registro do cloro; cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho e executar outras tarefas correlatas. | 7 |
| Motorista | 2 | Formação na 4ª série do Ensino Fundamental com CNH "D" ou "E". | Dirigir e conservar veículos automotores, da frota municipal, tais como: automóveis, ambulâncias, peruas, picapes, caminhões, ônibus, micro-ônibus e peruas e/ou vans, escolares, manipulando os comandos | 3 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | de marcha, direção e demais mecanismos, conduzindo-os e operando-os em programas determinados de acordo com as normas de trânsito e segurança do trabalho e as instruções recebidas, para efetuar o transporte de servidores, autoridades, materiais e pessoal. Inspecionar o veículo, antes da saída, verificando o estado dos pneus, os níveis de combustível, água e óleo do Carter, testando freios, parte elétrica e outros mecanismos, para certificar-se de suas condições de funcionamento. Verificar os itinerários, o número de viagens e outras instruções de trânsito e a sinalização, visando o cumprimento das normas estabelecidas. Dirigir corretamente caminhões, ônibus, ambulâncias, peruas e/ou vans de transporte de estudantes e demais veículos pertencentes à frota da autarquia ou a municipal, quando cedido a bem do serviço, obedecendo ao Código de Trânsito Brasileiro, recolhendo e transportando pessoas, cargas, materiais, animais e equipamentos em locais e horas determinadas, conduzindo-os em segurança conforme itinerários estabelecidos. Operar os mecanismos específicos dos caminhões, tais como basculante, munck, coleta de lixo, entre outros, obedecendo as normas de segurança no trabalho. Zelar pela documentação de carga e do veículo, verificando sua legalidade e correspondência aos volumes transportados, para apresenta-la às autoridades competentes, quando solicitada, nos postos de fiscalização. Controlar a carga e descarga do material transportável, comparando-o aos documentos recebidos, para atender corretamente o usuário. Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar o seu perfeito funcionamento e conservação. Transportar materiais de construção em geral, ferramentas e equipamentos para obras. Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem da indicada ao mesmo, para permitir sua manutenção e abastecimento. Efetuar o transporte de terra para serviços de terraplanagem, construção de aterros ou compactação de estradas para pavimentação, acionando dispositivos para báscula do material. Ficar à disposição, em plantão contínuo, para dirigir ambulância no transporte de doentes, quando escalado e cedido a bem do serviço. Transportar materiais de construção em geral, ferramentas e equipamentos para obras. Utilizar os veículos apenas para as finalidades públicas especificadas. Executar outras tarefas correlatas. | |
| Operador de ETA | 5 | Formação na 4ª série do Ensino Fundamental. | Controlar as concentrações das soluções químicas e a sua dosagem de aplicação na estação, lavagem de | 7 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | filtros e registro dos valores encontrados na estação. Executar as operações de lavagem de filtro e decantadores. Ligar e desligar a bomba para garantir o abastecimento de água para a população. Controlar as concentrações das soluções químicas e a sua dosagem de aplicação na Estação de Tratamento, para garantir o resultado dos padrões de potabilidade. Registrar os dados relativos às vazões de entrada da água na estação e periodicidade de lavagem de filtro. Executar as demais tarefas determinadas pelos superiores hierárquicos e relacionadas às atividades exercidas.Executar outras tarefas correlatas. | |
| Operador de Máquinas | 1 | Ensino Fundamentalcom CNH definitiva nas categorias "D" ou "E". | Operar máquinas da construção civil, conduzindo-as e operando seus comandos, para auxiliar a execução de obras. Zelar pela conservação e limpeza das máquinas, acessórios e ferramentas utilizadas na execução de suas tarefas. Operar máquinas montadas sobre rodas ou sobre esteiras e providas de pá mecânica caçamba, retro-escavadeira e guindastes. Operar equipamento de drenagem para aprofundar e alargar leito de rio ou canal, ou extrair areia e cascalho. Operar máquinas providas de martelo acionado mecanicamente ou de queda livre, para cravar estacas de madeira, de concreto ou de aço, em terreno seco ou submerso. Operar máquinas providas de laminas para nivelar solos. Operar máquinas providas de rolos compressores, para compactar e aplainar os materiais utilizados na construção de estradas. Operar máquinas para estender camadas de asfalto ou de betume. Providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes nas máquinas sob sua responsabilidade. Conduzir a máquina, de forma adequada e segura. Efetuar serviços de manutenção de máquina, abastecendo-a, lubrificando-a e executando pequenos reparos, para assegurar seu bom funcionamento.Executar outras tarefas correlatas. | 4 |
| Pedreiro | 1 | Alfabetizado, com conhecimentos práticos de construção. | Executar trabalhos de alvenaria, em geral, inclusive de acabamento fino. Verificar as características da obra, examinando plantas e outras especificações da construção, para selecionar o material e estabelecer as operações a executar. Zelar pelos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços controlando os estoques e sua regular aplicação. Executar trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas e estruturas semelhantes, para reconstruir essas estruturas, quando necessário e/ou mantê-las em bom estado. Executar os serviços determinados pelos superiores hierárquicos e correlatos a sua função. | 3 |

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

## ANEXO – II
## QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| FUNÇÃO | QUANTIDADE | REQUISITOS | Atribuições | Referência |
|---|---|---|---|---|
| Chefe de Manutenção | 1 | Técnico em mecânica, ou segundo grau completo, ocupante de cargo permanente | Planejar, coordenar e promover a execução de todas as atividades da sua unidade, organizando e orientando os trabalhos, para assegurar o regular funcionamento os aparelhos, máquinas e equipamentos de elevação e sucção de água e esgoto; executar manutenção preventiva e corretiva nos poços de captação de água. Planejar e coordenar a execução das atividades, prestando aos subordinados informações.sobre normas e procedimentos relacionados aos trabalhos e à situação funcional de cada um. Organizar, coordenar e controlar processos e outros documentos, instruindo sobre a sua tramitação, para agilização das informações. Analisar o funcionamento das diversas rotinas, observando o desenvolvimento e efetuando estudos e ponderações a respeito, para propor medidas de simplificação e melhoria dos trabalhos. Elaborar relatórios periódicos sobre as atividades desenvolvidas, para possibilitar a avaliação dos serviços prestados. Encaminhar pedidos de saídas antecipadas, licenças e afastamentos de seus subordinados, opinando, quando couber, sobre os méritos do servidor em causa, propondo sanções disciplinares ou recompensas e indicando o possível substituto nos casos de impedimento para evitar interrupções no trabalho ou anomalias prejudiciais ao rendimento da unidade. Requisitar admissão de pessoal e material necessário ao desempenho dos trabalhos da unidade, preenchendo formulários e enviando-os à unidade competente, para assegurar o bom andamento dos serviços. Organizar as escalas de trabalho, de férias e folgas dos servidores, orientando-se pelas regulamentações pertinentes e por decisões superiores, para atender as determinações legais sobre a matéria. | 8 |
| Chefe de Serviços de água e esgotos | 1 | Segundo grau completo e ocupante de cargo permanente | Dar execução à atividades de sua unidade, baseando-se nos objetivos a serem alcançados e | 8 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | na disponibilidade de recursos humanos e materiais, para definir prioridades e rotinas. Auxiliar o Encarregado de Serviços na elaboração da política administrativa da organização, fornecendo informações, sugestões, a fim de contribuir para a definição de objetivos. Controlar o desenvolvimento dos programas sob sua responsabilidade, orientando os executores na solução de dúvidas e problemas, tomando decisões ou sugerindo estudos pertinentes, para possibilitar melhor desempenho dos trabalhos. Avaliar o resultado dos programas, consultando o pessoal responsável pelas diversas unidades, para detectar falhas e propor modificações. Elaborar relatórios sobre o desenvolvimento dos serviços e os resultados atingidos, informando o Encarregado de Serviços para uma avaliação da política de governo. Executar outras tarefas correlatas determinadas por seu superior hierárquico. | |

**Continuação da Lei Complementar n.º 250/2013.**

**ANEXO – III**

**QUADRO DE REESTRUTURAÇÃO DO PESSOAL EFETIVO LOTADO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E A SEREM EXTINTOS NA VACÂNCIA**

| Nome | Cargo/ emprego/ função - atual | Reenquadramento | Unidade a ser lotado | Referência |
|---|---|---|---|---|
| CLORIVALDO SANTO DA SILVA | Chefe de Div. Serv. | Chefe de Serviços de água e esgotos | SAEHOL | 8 |
| DORIVAL GOMES | Encanador | Encanador | SAEHOL | 2 |
| LUCIANO DE PAIVA PEREIRA | Operador de ETA | Operador de ETA | SAEHOL | 7 |
| DALSO PEDRO DO NASCIMENTO | Tratador de Água | Auxiliar de Serviços Gerais | SAEHOL | 1 |
| REGINALDO SILVA QUEIROZ | Tratador de Água | Auxiliar de Serviços Gerais | SAEHOL | 1 |
| SIDNEY JOSÉ DOS SANTOS | Tratador de Água | Auxiliar de Serviços Gerais | SAEHOL | 1 |

# LEI COMPLEMENTAR N.º 249

**"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 161/2005 QUE CONCEDE DESCONTO PARA PAGAMENTO DE IMPOSTO DE SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL E PREDIAL URBANA, BEM COMO A REPRISTINAÇÃO DOS § 1º DO ARTIGO 29 E § 1º DO ARTIGO 53 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 121/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

"FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR":

**Art. 1º** Fica revogada a Lei Complementar n.º 161/2005 (DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DESCONTO PARA PAGAMENTO DE IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

**Art. 2º** Com a revogação volta à sua vigência, por repristinação, os dispositivos contidos nos §1º do artigo 29 e §1º do artigo 53 da Lei Complementar n.º 121/2001 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), que possuem a seguinte redação:

**Art. 29...**

**§1º - Para os contribuintes que realizarem o pagamento integral deste imposto, até a data do vencimento da primeira parcela será concedido desconto de 5% (cinco por cento) sobre o seu valor, em reais.**
**...**

**Art. 53...**

**§1º - Para os contribuintes que realizarem o pagamento integral deste imposto, até a data do vencimento da primeira parcela será concedido desconto de 5% (cinco por cento) sobre o seu valor, em reais.**

**Art. 3º** Da nova redação aos §§ 1º dos artigos 29 e 53 da Lei Complementar n.º 121/2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 29...**

**§1º - Para os contribuintes que realizarem o pagamento integral do imposto previsto no *caput* do presente artigo até a data do vencimento da primeira parcela poderá ser concedido um desconto de até 10% (dez por cento) sobre o seu valor em reais, sendo garantido o mínimo equivalente ao índice IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, a ser regulamentados por Decreto, respeitados os princípios da anterioridade e anualidade.**
**...**

**Continuação da LC 249/2013.**

**Art. 53...**

**§1° - Para os contribuintes que realizarem o pagamento integral do imposto previsto no *caput* do presente artigo até a data do vencimento da primeira parcela poderá ser concedido um desconto de até 10% (dez por cento) sobre o seu valor em reais, sendo garantido o mínimo equivalente ao índice IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, a ser regulamentados por Decreto, respeitados os princípios da anterioridade e anualidade.**

**Art. 4°** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá eficácia a partir de 1° de janeiro do próximo exercício.

**Art. 5°** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar n.° 161/2005.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Dezembro de 2013.

**FERNANDO FIORY DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.° 023/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.° 062/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

# LEI COMPLEMENTAR N.º 248

**Dispõe sobre alterações em dispositivos da Lei Complementar n.º 215, de 06 de maio de 2010 e dá outras providências.**

**Art. 1º** As alíneas *a* e *b* do inciso III do Art. 21 da Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

***a)*** *16 (dezesseis) horas semanais de trabalho para o desempenho das atividades de interação com os alunos; e*

**b)** *8 (oito) horas semanais de trabalho pedagógico, em atividades complementares e extraclasse, a serem cumpridas em unidade escolar do município, podendo destas, até 3 (três) horas em local de livre escolha, desde que previamente autorizado pelo Diretor de Escola.*

**Art. 2º** O parágrafo 4º do Art. 22 da Lei Complementar nº 215 de 06.05.2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

*Parágrafo 4º - A ausência por motivo de saúde superior a 15 (quinze dias) com referência à carga suplementar acarretará apenas perda dos respectivos vencimentos a ela concernentes, sem prejuízo de retorno do profissional às funções suplementares a ele atribuídas.*

**Art. 3º** Modifica a tabela constante na alínea *a* do inciso I do parágrafo 1º e acrescenta a alínea a.1 ao referido inciso, do Art. 29 da Lei Complementar nº 215 de 06.05.2010, como segue:

| Número de ausências no ano respectivo ano letivo ( de 01 de julho a 30 de junho ) | Peso |
|---|---|
| Zero ausência | 10 (dez) |
| 01 a 03 ausências | 6 (seis) |
| 04 a 06 ausências | 5 (cinco) |
| 07 a 09 ausências | 4 (quatro) |
| 10 a 12 ausências | 3 (três) |
| 13 a 15 ausências | 2 (dois) |
| 16 a 18 ausências | 1 (um) |
| A partir de 19 ausências | 0 (zero) |

***a.1) :*** *Para todos os efeitos de enquadramento na tabela anterior, a convocação não atendida para trabalhos de interesse das classes respectivas e da administração pública será considerada como ausência, sem prejuízo de vencimentos.*

**Art. 4º** A alínea b do inciso I e os incisos IV e V do Art. 29 da Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010, passam a respectivamente vigorar com a seguinte redação:

*b) - no magistério público oficial, exclusivamente em escolas da rede municipal de ensino, de acordo com o campo de atuação, de que trata o Art. 5º desta Lei Complementar pelo qual o candidato solicita inscrição referente ao trabalho não concomitante: 0,001 (um milésimo) de ponto por dia.*

**Continuação da LC n.º 248/2013.**

*IV – diplomas e/ou certificados de cursos de pós-graduação, de especialização e de aperfeiçoamento, na área de educação, devidamente reconhecidos pelo MEC ou pelo Departamento Municipal de Educação, com no mínimo 100(cem) horas consecutivas de efetiva participação e freqüência realizados nos últimos 5 (cinco) anos: 0,005 (cinco milésimos) de ponto por hora de curso comprovada.*

*V – certificados de cursos e/ou programas de extensão, de qualificação profissional e de curta duração, na área de educação, devidamente reconhecidos pelo MEC ou pelo Departamento Municipal de Educação, com menos de 100 (cem) horas consecutivas e efetiva participação e freqüência realizados nos últimos 5 (cinco) anos: 0,004 (quatro milésimos) de ponto por hora de curso comprovada.*

**Art. 5º** Dá nova redação ao Art. 34 da Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010, que passa a seguir:

*Art. 34 - Os ocupantes de cargos públicos de magistério, e caráter permanente, das Classes de Suporte Pedagógico, de coordenação pedagógica, de vice-direção de escola e de direção de escola, só poderão ser removidos a cada dois anos de efetivo exercício na unidade escolar, se não cumprirem no período o plano de metas, e ou por determinação do Departamento Municipal de Educação, regulamentado por Ato Oficial da Administração Municipal.*

**Art. 6º** O "caput" do Art. 35 da Lei Complementar nº 215 de 06.05.2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 35 – A remoção por permuta será concedida por interesse e conveniência da administração pública ou a pedido de profissionais do magistério com pelo menos 03 (três) anos de efetivo exercício, através de requerimento único, demonstrando interesses comuns e público, e que sejam ambos os postulantes detentores de cargos públicos de magistério idênticos e que não estejam há menos de 05 (cinco) anos da aposentadoria, de qualquer tipo.*

**Art. 7º** Fica acrescentado o inciso IV no parágrafo primeiro do Art. 35 da Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010:

*IV – por necessidade de atendimento à melhoria do ensino, conforme determinação do Departamento Municipal de Educação, observado plano de metas a ser instituído a partir de dispositivos desta Lei Complementar.*

**Art. 8º** Modifica a tabela constante no item 1 da alínea *a*, inciso II, e acrescenta na alínea a) 1.1, do Art. 40 da Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010, como segue:

| Número de ausências no ano respectivo ano letivo ( de 01 de julho a 30 de junho ) | Peso |
|---|---|
| Zero ausência | 10 (dez) |
| 01 a 03 ausências | 6 (seis) |
| 04 a 06 ausências | 5 (cinco) |
| 07 a 09 ausências | 4 (quatro) |
| 10 a 12 ausências | 3 (três) |
| 13 a 15 ausências | 2 (dois) |
| 16 a 18 ausências | 1 (um) |
| A partir de 19 ausências | 0 (zero) |

**Continuação da LC n.º 248/2013.**

*Art. 55 – Os integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal de que trata o Art. 52 desta Lei Complementar e para os efeitos do Art. anterior serão avaliados considerando os seguintes elementos:*

*I - Qualificação em instituições credenciadas pelo MEC ou reconhecidas pelo Departamento Municipal de Educação, conforme legislação vigente, a saber:*

*a) Licenciatura plena, quando não exigida para o cargo, desde que na área de Educação - 700 (setecentos) pontos;*

*II - Outras licenciaturas e cursos dentro do campo de atuação, reconhecidos pelo MEC ou pelo Departamento Municipal de Educação, observando a legislação vigente.*

*a) Segunda licenciatura, quando não exigida para o cargo, desde que na área de Educação -200 (duzentos) pontos;*

*b) diplomas e/ou certificados de cursos de pós-graduação "lato sensu", de especialização e de aperfeiçoamento, na área de educação, devidamente reconhecidos pelo MEC ou pelo Departamento Municipal de Educação, observada legislação vigente, com no mínimo 100 (cem) horas consecutivas de efetiva participação e frequência: 100 (cem) pontos;*

*c) certificados de cursos e/ou programas de extensão, de qualificação profissional e de curta duração, na área de educação, devidamente reconhecidos pelo MEC ou pelo Departamento Municipal de Educação, com menos de 100 (cem) horas consecutivas e efetiva participação e freqüência realizados nos últimos 5 (cinco) anos: 0,005 (cinco milésimos) de ponto por hora de curso comprovada.*

*III - Desempenho no trabalho, mediante avaliação anual no exercício profissional, segundo parâmetros de qualidade, na forma indicada pelo ANEXO III desta Lei Complementar: até 50 (cinqüenta) pontos por ano;*

*IV - Dedicação exclusiva ao cargo do magistério que ocupa na rede municipal de ensino de Holambra: 100 (cem) pontos por ano;*

*V - Tempo de serviço na função de docente ou de suporte pedagógico no magistério público da rede municipal de ensino de Holambra: 250 (duzentos e cinqüenta) pontos para cada 5 (cinco) anos;*

*VI - Assiduidade e participação: considerando-se um total de 0 (zero) a 30 (trinta) ausências no interstício de 5 anos – pontos conforme tabela a seguir:*

| | |
|---|---|
| | 00(zero) ausência – 100 pontos por ano |
| | 01(uma) ausência – 80 pontos por ano |
| | 02 (duas) ausências – 60 pontos por ano |
| | 03 (três) ausências – 50 pontos por ano |
| | 04 (quatro) ausências – 40 pontos por ano |
| | 05 (duas) ausências – 30 pontos por ano |
| | 06 (seis) ausências – 20 pontos por ano |
| | Mais de 06 (seis) ausências – 00 (zero) pontos por ano |

*Parágrafo 1º - Para fins de atribuição de pontos só serão considerados os cursos apresentados a partir da aprovação desta Lei Complementar, com contagem promovida apenas ao fim de cada interstício, por requerimento do interessado.*

*Parágrafo 2º - Para fins do beneficio previsto no inciso VI, não se consideram ausências os afastamentos enumerados nos incisos a seguir:*

*I – Férias e recesso escolar;*

*II – casamento (gala) e falecimento (luto);*

*III – serviços obrigatórios por Lei;*

*IV – licença à gestante, à adotante e à paternidade;*

*V – licença-prêmio por assiduidade;*

**Continuação da LC n.º 248/2013.**

***II....***

***a)....***

***1.1****: Para todos os efeitos de enquadramento na tabela anterior, a convocação não atendida para trabalhos de interesse das classes respectivas e da administração pública será considerada como ausência, sem prejuízo de vencimentos.*

**Art. 9º** O item 2 da alínea *a* e os itens 3 e 4 da alínea *b* do Art. 40 da Lei Complementar nº 215 de 06.05.2010 passam a, respectivamente, vigorar com a seguinte redação:

*Alínea a)*

*2 - no magistério público oficial, exclusivamente em escolas da rede municipal de ensino de Holambra, de acordo com o campo de atuação, de que trata o Art. 5º desta Lei Complementar pelo qual o candidato solicita inscrição referente ao trabalho não concomitante: 0,001 (um milésimo) de ponto por dia.*

*Alínea b)*

*3 – diplomas e/ou certificados de cursos de pós-graduação, de especialização e de aperfeiçoamento, na área de educação, devidamente reconhecidos pelo MEC ou pelo Departamento Municipal de Educação, com no mínimo 100 (cem) horas consecutivas de efetiva participação e freqüência realizados nos últimos 5 (cinco) anos: 0,005 (cinco milésimos) de ponto por hora de curso comprovada.*

*4 – certificados de cursos e/ou programas de extensão, de qualificação profissional e de curta duração, na área de educação, devidamente reconhecidos pelo MEC ou pelo Departamento Municipal de Educação e com menos de 100 (cem) horas consecutivas e efetiva participação e freqüência realizados nos últimos 5 (cinco) anos: 0,004 (quatro milésimos) de ponto por hora de curso comprovada.*

**Art. 10** O "*caput*" do Art. 52 da Lei Complementar nº 215 de 06.05.2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 52 – A Progressão Funcional é a passagem do integrante do Quadro do Magistério Municipal, detentores de cargos públicos de magistério, nomeados por concurso público de provas e títulos em caráter permanente, das Classes de Docentes e da Classe de Suporte Pedagógico para nível imediatamente superior da respectiva classe a que pertence, mediante a avaliação de indicadores de crescimento da capacidade potencial de trabalho do profissional do Magistério, com contagem requerida pelo progressante a cada final de interstício, observadas as seguintes modalidades:*

**Art. 11** O inciso II do parágrafo 1° do Art. 53 da Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

*II – mediante a apresentação de diploma e/ou certificado de conclusão de curso de pós-graduação, em nível de Doutorado, na área de Educação, concluído em instituição credenciada, equivalente a 1 (um) nível de vencimento superior àquele a que pertence, na respectiva escala de vencimento.*

**Art. 12** Ficam suprimidos o inciso III do parágrafo 1° e o parágrafo 2º do Art. 53 da Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010.

**Art. 13** O Art. 55 e seus dispositivos gerais da Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Continuação da LC n.º 248/2013.**

*VI – licença quando acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de doença profissional;*

*VII – licenciamento compulsório;*

*VIII – doação voluntária de sangue;*

*IX - faltas abonadas;*

*X – falta para tratamento de saúde do profissional do Quadro do Magistério até 06 (seis) dias ao ano, no máximo de 1 (uma) ao mês;*

*XI – participação de reuniões de orientação técnica e pedagógica, com exceção das inseridas como convocação obrigatória do Departamento de Educação.*

*Parágrafo 3° - Considera-se em dedicação exclusiva, para efeito do inciso IV, deste Art., a regência de classe e/ou aulas a título de carga suplementar de trabalho docente, o exercício nas atribuições das Classes do Suporte Pedagógico, neste Município e a prestação de serviços não remunerados e na qualidade de voluntários, em entidades sem fins lucrativos.*

**Art. 14** O "*caput*" do Art. 56 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 215 de 06.05.2010, passam a vigorar com a redação que segue, respectivamente:

*Art. 56 – Para fins da progressão funcional pela via não-acadêmica prevista nos Art.s 54 e 55 desta Lei Complementar, deverão ser totalizados no mínimo 900 (novecentos) pontos e cumpridos interstícios mínimos de 05 (cinco) anos, a partir da data de vigência desta Lei Complementar, computando sempre o tempo líquido no Quadro de Magistério Público Municipal, no nível de vencimento em que estiver enquadrado.*

*Parágrafo único – a permanência mínima em cada nível de vencimento será de 05 (cinco) anos de tempo de serviço líquido.*

***Art.* 15** Dá nova redação aoparágrafo único do Art. 58 da Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010:

*Parágrafo único – Com referência aos pontos referidos no "caput" deste Art., não serão considerados para efeito de ingresso em outro cargo público, de qualquer integrante das classes de docentes ou de suporte pedagógico, mesmo que investidos sob concurso público, sendo os vencimentos no segundo cargo submetidos ao nível inicial da respectiva tabela.*

**Art. 16** O Art. 72 e seus dispositivos correspondentes à Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

*Art.72 – Os valores dos vencimentos dos integrantes do Quadro de Magistério Público Municipal, detentores de cargos públicos de magistério, em caráter permanente, das Classes de Docentes e das Classes de Suporte Pedagógico, serão fixados nas Escalas de Vencimentos Mensais, nas diversas jornadas de trabalho constantes dos anexos a esta Lei Complementar, a seguir especificadas:*

*I – ANEXO IV – Escala de Vencimentos Mensais, destinada às Classes de Docentes, Professores Titulares de Educação Básica I;*

*II – ANEXO V - Escala de Vencimentos Mensais, destinada às Classes de Docentes, Professores Titulares de Educação Básica II, dos diversos componentes curriculares e da Educação Especial;*

**Continuação da LC n.º 248/2013.**

*III – ANEXO VI - Escala de Vencimentos Mensais, destinada às Classes de Docentes, de Professores Adjuntos de Educação Básica I e de Professores Auxiliares do Desenvolvimento Infantil;*

*IV – ANEXO VII – Escala de Vencimentos Mensais, destinada às Classes de Suporte Pedagógico, de Coordenadores Pedagógicos, de Vice-Diretores de Escola, de Diretores de Escola, de Assistentes Técnicos Pedagógicos, de Orientadores Educacionais e de Supervisores de Ensino.*

*Parágrafo 1° - Cada Escala de Vencimentos Mensais é composta de 07 (sete) níveis de vencimentos, correspondendo o nível inicial ao vencimento-base das Classes de Docentes e de Suporte Pedagógico investidos por concurso público a partir da data de vigência desta Lei modificativa à Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010.*

*Parágrafo 2º - Os integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal, das Classes de Docentes e das Classes de Suporte Pedagógico, cujos vencimentos mensais no ato da promulgação dessa Lei Complementar forem superiores ao nível VI da respectiva tabela (anexos IV, V, VI e VII), se submeterão aos mesmos critérios de progressão previstos nesta Lei Complementar, observado o limite máximo de 5% (cinco por cento) a cada interstício de 05 (cinco) anos.*

*Parágrafo 3º - Os integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal, das Classes de Docentes e das Classes de Suporte Pedagógico, cujos vencimentos mensais em vigor são inferiores ou iguais ao nível I da respectiva tabela, terão sua remuneração transformada no valor deste nível, com progressão após 05 (cinco) anos de interstício mínimo, a contar a partir da data de vigência desta Lei.*

**Art. 17** Ficam expressamente revogados o Art. 74 e seus incisos, da Lei Complementar nº 215 de 06.06.2010.

**Art. 18** O art.75 da Lei Complementar 215/2010, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 75 - A vantagem pecuniária, do docente renomeado, para cargo público de magistério, em caráter permanente, a título de Caráter Suplementar de Trabalho Docente, de que trata o art. 22, desta Lei Complementar, corresponderá a 1/150 (um, cento e cinqüenta avos), ou a 1/105 (um, cento e cinco avos), do valor fixado para o respectivo nível de vencimento do docente, de acordo com a Escala de Vencimentos Mensais, da Classe de Docente, a que o interessado pertence, respectivamente, na jornada de trabalho docente de 30 (trinta) horas semanais e 24 (vinte e quatro) horas semanais, por hora trabalhada."

**Art. 19** Cria o parágrafo 6º no Art. 8º, inciso II, do ato das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010:

*Parágrafo 6º - A data de 01.09.2009 passa a vigorar como ponto de partida para contagem de tempo de serviço posterior para garantia do direito à sexta parte e qüinqüênios previstos na Lei Complementar n° 052/1995.*

**Art. 20** Ficam acrescentados no inciso II os itens II.1 e II.2, no artigo 10 das Disposições Transitórias da LC 215//2010, com a seguintes redações:

*II.1 – Aos professores titulares da Educação Básica II: 35 horas semanais, sendo:*
*a) 30 (trinta) horas semanais de atividades com alunos;*
*b) 5 (cinco) horas de atividades pedagógicas, na Unidade Escolar Municipal.*

**Continuação da LC n.º 248/2013.**

*II.2 – Aos professores titulares da Educação Básica II:40 horas semanais, sendo:*
*a) 35 (trinta e cinco) horas semanais de atividades com alunos;*
*b) 5 (cinco) horas de atividades pedagógicas, na Unidade Escolar Municipal.*

**Art. 21** Dá nova redação ao inciso III do artigo 10 das Disposições Transitórias da LC 215//2010, com a seguinte redação:

*III – para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano escolares e para a Educação de Jovens e Adultos, do 1º ao 9º ano escolares, aos Professores Titulares de Educação Básica I e aos Professores Titulares de Educação Básica II: 23 (vinte e três) horas semanais, sendo:*
*a) 20 (trinta e cinco) horas semanais de atividades com alunos;*
*b) 3( três )horas de atividades pedagógicas, na Unidade Escolar Municipal.*

**Art. 22** Cria o parágrafo único no Art. 12 do ato das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 215, de 06.05.2010:

*Parágrafo único – Os profissionais do Quadro do Magistério Público Municipal, da classe de Suporte Pedagógico, Diretor de Escola, que, no ato da promulgação desta Lei Complementar tiverem 10 (dez) anos ou mais de tempo de serviço no magistério público municipal e, cumulativamente, ainda se encontrarem no nível I, ou II, ou III, da tabela de vencimentos, serão automaticamente enquadrados no nível IV da referida tabela.*

**Art. 23** Acrescenta os Art.s 20, 21, 22 e 23 no ato das Disposições Transitórias, como seguem:

*Art. 20 – O Departamento de Educação da Estância Turística de Holambra, por meio de resolução, deverá elaborar no prazo de até 90 noventa (dias) após a vigência desta Lei Complementar, um Plano De Metas a serem atingidas na área de Educação, aprovado por Decreto do Executivo abrangendo critérios amplos de avaliação pedagógica do Corpo Docente e do Suporte Pedagógico para garantia de crescimento da qualidade da gestão e do ensino no município.*

*Art. 21 – Ficam criadas, no âmbito da Diretoria Municipal de Educação, 5 (cinco) funções gratificadas para Supervisão Administrativa e Pedagógica de Escolas, com as atribuições pertinentes às unidades escolares e com capacitação comprovada de no mínimo 3 (três) anos em área de Educação Básica Infantil, e /ou Educação Básica de 1º ao 5º ano e /ou Educação Básica de 6º ao 9º ano.*

*Parágrafo 1º - Essas funções deverão ser ocupadas exclusivamente por integrantes do Quadro do Magistério Municipal, com recebimento de vencimentos no nível inicial, na escala de vencimentos correspondente a Supervisor de Ensino.*

*Parágrafo 2º - A diferença de vencimentos entre o nível de origem e o da função gratificada, para efeito legal e de registro, será denominada de "exercício de função gratificada".*

*Art. 22 – Excepcionalmente, para efeito do Concurso de Remoção 2013 para 2014, a lista classificatória obedecerá prioritariamente ordem decrescente a partir do maior tempo de serviço do docente na rede municipal de ensino, constatado nos apontamentos efetuados pela Diretoria de Educação.*

**Continuação da LC n.º 248/2013.**

*Parágrafo Único: Em caso de tempo de serviço apontado em igualdade de número, o critério a ser utilizado para desempate será o da maior nota auferida em concurso público.*

*Art. 23 - Os casos omissos em relação aos deveres, proibições e penalidades previstos nesta Lei Complementar obedecerão, cumulativamente, aos dispositivos constante do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar n° 052/1995).*

**Art. 24** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de dezembro de 2013.

**Art. 25** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 17 de Dezembro de 2013.

**FERNANDO FIORY DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 022/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 061/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**Continuação da LC n.º 248/2013.**

## ANEXO IV

Escala de Vencimentos Mensais destinada às Classes de Docentes, Professores Titulares de Educação Básica I

| DOCENTES | NÍVEIS DE VENCIMENTO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | INICIAL | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 40 HORAS | 2.000,00 | 2.456,58 | 2.579,41 | 2.708,38 | 2.843.80 | 2.985,99 | 3.135,29 |
| 30 HORAS | 1.500,00 | 1.842,44 | 1.934,56 | 2.031,29 | 2.132,85 | 2.239,50 | 2.351,47 |
| 24 HORAS | 1.000,00 | 1.289,71 | 1.354,19 | 1.421,90 | 1.493,00 | 1.567,65 | 1.646,03 |

**Continuação da LC n.º 248/2013.**

## ANEXO V

Escala de Vencimentos Mensais destinada às Classes de Docentes, Professores Titulares de Educação Básica II,
dos diversos componentes curriculares e da Educação Especial

| DOCENTES | NÍVEIS DE VENCIMENTO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | INICIAL | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 40 HORAS | 2.150,00 | 2.702,26 | 2.837,37 | 2.979,24 | 3.128,20 | 3.284,61 | 3.448,84 |
| 30 HORAS | 1.612,50 | 2.026,69 | 2.128,03 | 2.234,43 | 2.346,15 | 2.463,46 | 2.586,63 |
| 24 HORAS | 1.075,00 | 1.459,21 | 1.532,17 | 1.608,77 | 1.689,22 | 1.773,68 | 1.862,36 |

**Continuação da LC n.º 248/2013.**

## ANEXO VI

Escala de Vencimentos Mensais destinada às Classes de Docentes, de Professores Adjuntos de Educação Básica I e de Professores Auxiliares do Desenvolvimento Infantil

| DOCENTES | NÍVEIS DE VENCIMENTO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | INICIAL | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 40 HORAS | 1.440,50 | 1.795,20 | 1.884,96 | 1.979,21 | 2.078,17 | 2.182,08 | 2.291,18 |
| 30 HORAS | 1.080,00 | 1.346,40 | 1.413,72 | 1.484,40 | 1.558,63 | 1.636,56 | 1.718,38 |
| 24 HORAS | 756,26 | 942,48 | 989,60 | 1.039,08 | 1.091,04 | 1.145,59 | 1.202,87 |

**Continuação da LC n.º 248/2013.**

## ANEXO VII

Escala de Vencimentos Mensais, destinada às Classes de Suporte Pedagógico, de Coordenadores Pedagógicos, de Vice-Diretores de Escola, de Diretores de Escola, de Assistentes Técnicos Pedagógicos,de Orientadores Educacionais e de Supervisores de Ensino, de caráter permanente

| SUPORTE QUADRO PERMANENTE | NÍVEIS DE VENCIMENTO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | INICIAL | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| Coordenador Pedagógico | 2.750,00 | 2.917,92 | 3.063,82 | 3.217,01 | 3.377,86 | 3.546,75 | 3.724,09 |
| Vice-Diretor de Escola | 2.750,00 | 2.917,92 | 3.063,82 | 3.217,01 | 3.377,86 | 3.546,75 | 3.724,09 |
| Orientador Educ. | 3.000,00 | 3.209,68 | 3.370,16 | 3.538,67 | 3.715,61 | 3.901,39 | 4.096,46 |
| Assist. Tec. Pedag. | 3.000,00 | 3.209,68 | 3.370,16 | 3.538,67 | 3.715,61 | 3.901,39 | 4.096,46 |
| Diretor de Escola | 3.500,00 | 3.883,70 | 4.077,89 | 4.281,78 | 4.495,87 | 4.720,66 | 4.956,69 |
| Supervisor de Ensino | 3.800,00 | 4.272,07 | 4.485,67 | 4.709,96 | 4.945,46 | 5.192,73 | 5.452,36 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

*Capital Nacional das Flores*

# LEI COMPLEMENTAR N.º 247

**"Altera a Lei Complementar Municipal nº 001/93, e sua legislação correlata, que trata do Quadro de Servidores Municipais e dá outras providências".**

"FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR"

**Art. 1º** Ficam aumentadas as vagas no Quadro de Servidores Municipais de Provimento Efetivo passando a integrar o Anexo I da Lei Complementar n.º 001/93, conforme descrito abaixo:

## ANEXO I

## CARGO PERMANENTE

| Cargo | Lei de Criação | Vaga Existente | Vaga que se Cria | TOTAL | REFERÊNCIA |
|---|---|---|---|---|---|
| Agente Escolar | LC 227/2011 | 60 | 20 | 80 | 07 |
| Auxiliar de Depto. de Compras | LC 001/1993 | 01 | 01 | 02 | 07 |

**Art. 2º** As despesas com a presente Lei Complementar correrão por conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02 de dezembro de 2013.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 11 de Dezembro de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 021/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 060/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

***Continuação da LC n.° 247/2013.***

***LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93***

***ANEXO I***

***CARGOS PERMANENTES***

| QTDE. | DENOMINAÇÃO | REFERÊNCIA |
|---|---|---|
| 25 | AGENTE COMUNITÁRIO | 04 A 06 |
| 06 | AGENTE DE SEGURANÇA ESCOLAR FEMININO | 07 A 09 |
| 06 | AGENTE DE SEGURANÇA ESCOLAR MASCULINO | 07 A 09 |
| **80** | **AGENTE ESCOLAR** | **07 A 09** |
| 04 | AGENTE DE TRANSITO | 07 A 09 |
| 01 | AGRÔNOMO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 02 | AJUDANTE DE COZINHA I, II, III | 01 A 03 |
| 15 | AJUDANTE DE PEDREIRO I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | ALMOXARIFE I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | ARQUITETO JUNIOR, SENIOR E MASTER | 13 A 15 |
| 01 | ASSESSOR DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE CULTURA | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE ESPORTES | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE OFICINA ABRIGADA | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE PATRIMONIO | 11 A 13 |
| 02 | ASSESSOR DO DEPTO DE SAUDE | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE TURISMO | 11 A 13 |
| 03 | ASSISTENTE DE CIRURGIÃO DENTISTA | 05 A 07 |
| 01 | ASSISTENTE SOCIAL DA SAUDE | 13 A 15 |
| 02 | ASSISTENTE SOCIAL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 06 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 07 A 09 |
| 01 | AUXILIAR DE DEPTº CADASTRO I, II, III | 07 A 09 |
| **02** | **AUXILIAR DE DEPTº COMPRAS I, II, III** | **07 A 09** |
| 02 | AUXILIAR DE DEPTº CONTADORIA I, II, III | 07 A 09 |
| 02 | AUXILIAR DE DEPTº LANÇADORIA I, II, III | 07 A 09 |
| 16 | AUXILIAR DE ENFERMAGEM I, II, III | 06 A 08 |
| 25 | AUXILIAR DE SERVIÇO DE LIMPEZA PUBLICA | 03 A 05 |
| 06 | AUXILIAR DE SERVIÇOS ESPORTIVOS | 05 A 07 |
| 01 | BIBLIOTECÁRIO I, II, III | 11 A 13 |
| 01 | BIOLOGO | 13 A 15 |
| 01 | BOMBISTA TROCADOR DE OLEO | 09 A 10 |
| 02 | CARPINTEIRO I,II,III | 07 A 09 |
| 05 | COLETOR DE LIXO I, II, III | 04 A 06 |
| 01 | CONTÍNUO I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | COPEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 01 | COVEIRO I, II, III | 04 A 06 |
| 18 | COZINHEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 10 | DENTISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | DESENHISTA I, II, III | 09 A 11 |
| 04 | ELETRICISTA I, II, III | 07 A 09 |
| 02 | ENCANADOR I, II, III | 04 A 06 |
| 01 | ENCARREGADO DA DIVISÃO DA JUNTA MILITAR | 08 A 10 |
| 02 | ENCARREGADO DE CADASTRAMENTO DE IMOVEIS | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE CONTROLE DE CONSUMO DE AGUA | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE SERVIÇO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE AGROPECUARIO | 08 A 10 |

***Continuação da LC n.º 247/2013.***

| | | |
|---|---|---|
| 02 | PINTOR I, II, III | 06 A 08 |
| 01 | PREGOEIRO (A) | 09 |
| 02 | PROCURADOR JURIDICO JUNIOR | 18 |
| 02 | PROCURADOR JURIDICO SENIOR | 20 |
| 01 | PROFESSOR DE MÚSICA I, II, III | 07 A 09 |
| 07 | PROFESSOR EDUAÇÃO FÍSICA | 15 A 17 |
| 02 | PSICÓLOGO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | PSICOPEDAGOGO | 13 A 15 |
| 16 | RECEPCIONISTA I, II, III | 04 A 06 |
| 02 | SALVA VIDAS | 11 A 13 |
| 04 | SECRETÁRIA I, II, III | 06 A 08 |
| 60 | SERVIÇOS GERAIS I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | TÉCNICO AGRÍCOLA I, II, III | 08 A 10 |
| 01 | TECNICO DE LABORATORIO | 08 A 10 |
| 01 | TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA | 08 A 10 |
| 03 | TÉCNICO RAIO X, I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | TELEFONISTA I, II, III | 05 A 07 |
| 02 | TERAPEUTA OCUPACIONAL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | TESOUREIRO I, II, III | 20 |
| 07 | TRATADOR DE ÁGUA I, II, III | 04 A 06 |
| 12 | TRATORISTA I, II, III | 04 A 06 |
| 07 | VIGIA I, II, III | 03 A 05 |
| 02 | ZELADOR I, II, III | 03 A 05 |

***Continuação da LC n.º 247/2013.***

| | | |
|---|---|---|
| 01 | ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO DE AMBULANTES | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE MERENDA I, II, III | 07 A 09 |
| 01 | ENCARREGADO DE INFORMATICA | 08 A 10 |
| 02 | ENCARREGADO DE OBRAS I, II, III | 07 A 09 |
| 01 | ENCARREGADO DE SERVIÇO DE LANÇAMENTOS DE TRIBUTOS | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO ARQUIVO PUBLICO | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO POSTO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO POSTO DE SAÚDE | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DOS SERVIÇOS DE AGUA | 08 A 10 |
| 04 | ENFERMEIRA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 10 A 12 |
| 01 | ENGENHEIRO AGRICOLA | 15 A 17 |
| 02 | ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 16 A 18 |
| 07 | ESCRITURÁRIO I, II, III | 05 A 07 |
| 01 | FARMACEUTICO BIOQUIMICO | 13 A 15 |
| 01 | FARMACÊUTICO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 39 | FAXINEIRA I, II, III | 01 A 03 |
| 02 | FISCAL DE OBRAS I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | FISCAL SANITÁRIO I, II, III | 08 A 10 |
| 01 | FISCAL TRIBUTÁRIO I, II, III | 08 A 10 |
| 03 | FISIOTERAPEUTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | FONOAUDIÓLOGA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 33 | GUARDA MUNICIPAL I, II, III | 07 A 09 |
| 09 | INSPETOR DE ALUNO I, II, III | 03 A 05 |
| 01 | INSTRUTOR DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE JUNIOR, SENIOR E MASTER | 12 A 14 |
| 01 | INSTRUTOR DE FANFARRA | 10 A 12 |
| 03 | INSTRUTOR DE INFORMÁTICA | 10 A 12 |
| 01 | INSTRUTOR DE MUSICA | 10 A 12 |
| 13 | JARDINEIRO I, II, III | 03 A 05 |
| 12 | LAVADEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 02 | MECÂNICO I, II, III | 07 A 09 |
| 06 | MÉDICO ESPECIALISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 18 | MÉDICO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 13 | MEDICO PRONTO SOCORRISTA (PLANTÃO 24 HORAS) | |
| 05 | MEDICO PRONTO SOCORRISTA PEDIATRA (PLANTÃO 12 HORAS) | |
| 01 | MEDICO VETERINÁRIO | 13 A 15 |
| 01 | MEDICO DO TRABALHO | 15 |
| 24 | MERENDEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 20 | MONITOR, I, II, III | 03 A 05 |
| 17 | MOTORISTA AMBULÂNCIA I, II, III | 07 A 09 |
| 13 | MOTORISTA I, II, III | 05 A 07 |
| 09 | MOTORISTA DE ONIBUS I, II, III | 06 A 08 |
| 02 | NUTRICIONISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 02 | OPERADOR DE ETA | 10 A 12 |
| 01 | OPERADOR DE MAQUINA ESTEIRA | 10 A 12 |
| 04 | OPERADOR DE MÁQUINA I, II, III | 06 A 08 |
| 01 | OPERADOR DE MAQUINA MOTONIVELADORA | 10 A 12 |
| 01 | ORIENTADOR DE FUTEBOL I, II, III | 07 A 09 |
| 19 | PEDREIRO I, II, III | 05 A 07 |

***Continuação da LC n.º 247/2013.***

| | | |
|---|---|---|
| 02 | PINTOR I, II, III | 06 A 08 |
| 01 | PREGOEIRO (A) | 09 |
| 02 | PROCURADOR JURIDICO JUNIOR | 18 |
| 02 | PROCURADOR JURIDICO SENIOR | 20 |
| 01 | PROFESSOR DE MÚSICA I, II, III | 07 A 09 |
| 07 | PROFESSOR EDUAÇÃO FÍSICA | 15 A 17 |
| 02 | PSICÓLOGO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | PSICOPEDAGOGO | 13 A 15 |
| 16 | RECEPCIONISTA I, II, III | 04 A 06 |
| 02 | SALVA VIDAS | 11 A 13 |
| 04 | SECRETÁRIA I, II, III | 06 A 08 |
| 60 | SERVIÇOS GERAIS I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | TÉCNICO AGRÍCOLA I, II, III | 08 A 10 |
| 01 | TECNICO DE LABORATORIO | 08 A 10 |
| 01 | TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA | 08 A 10 |
| 03 | TÉCNICO RAIO X, I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | TELEFONISTA I, II, III | 05 A 07 |
| 02 | TERAPEUTA OCUPACIONAL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | TESOUREIRO I, II, III | 20 |
| 07 | TRATADOR DE ÁGUA I, II, III | 04 A 06 |
| 12 | TRATORISTA I, II, III | 04 A 06 |
| 07 | VIGIA I, II, III | 03 A 05 |
| 02 | ZELADOR I, II, III | 03 A 05 |

# LEI COMPLEMENTAR N.º 246

***"Institui no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, prevista no art. 149-A da Constituição Federal e dá outras providências."***

"FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR":

**Art. 1º** Fica instituída no âmbito do Município da Estância Turística de Holambra a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, com a finalidade de custear o serviço de iluminação pública do Município.

**Parágrafo único**. O serviço previsto no *caput* deste artigo compreende a iluminação pública de vias e demais logradouros (praças, jardins, monumentos entre outros), bem como as despesas necessárias ao seu regular funcionamento com o consumo de energia elétrica, e, para a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da respectiva rede no âmbito municipal.

**Art. 2º** O fato gerador da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP é a disponibilização do serviço de iluminação pública nas vias e demais logradouros (praças, jardins, monumentos entre outros), em que se encontrem os imóveis do sujeito passivo da contribuição (proprietário, detentor do domínio útil ou possuidor a qualquer título).

**Art. 3º** O sujeito passivo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP é todo proprietário, detentor do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel, edificado ou não, localizado na área urbana, rural ou de expansão urbana no Município que sejam ou venham a ser servidos pelos serviços de iluminação pública.

**Parágrafo único.** A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, não incidirá sobre o proprietário, detentor do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel que não seja servido por iluminação pública.

**Art. 4º** A base de cálculo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP são os custos dos serviços de iluminação pública considerados: o consumo de energia elétrica, e, para a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede no âmbito municipal

**Art. 5º** A cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP será procedida considerando a categoria de consumo das unidades consumidoras e incluída na fatura mensal emitida pela empresa concessionária de distribuição de energia elétrica no Município, e, conforme a Tabela de que trata o Anexo I da presente Lei, observando-se o mesmo vencimento da fatura de energia elétrica de cada unidade consumidora e as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ou órgão regulador que venha a substituí-la.

**Continuação da Lei Complementar n.º 246/2013.**

**Parágrafo único.** Os contribuintes que não sejam usuários dos serviços de fornecimento de energia elétrica por concessionária e se encontrem como contribuintes na condição de proprietário, detentor do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel não edificado servido de iluminação pública, serão cobrados anualmente à mesma época da cobrança do IPTU.

**Art. 6º** O Município fica autorizado a estabelecer convênio ou contrato com as concessionárias de energia elétrica no Município fixando a forma de cobrança e repasse do valor arrecadado, devendo obrigatoriamente prever:

I - Repasse do valor arrecadado pela concessionária ao Município.

II - Retenção dos valores destinados ao pagamento do consumo de energia elétrica relativos à Iluminação Pública (IP) e encargos correspondentes;

III - Transparência das informações aos contribuintes, consumidores e público em geral.

**§1º** O recolhimento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP fora do prazo implicará em encargos moratórios correspondentes a 2% (dois por cento) de multa, e juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, conforme estabelece o Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 121/2001.

**§2º** A falta de pagamento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP incluída na fatura mensal autoriza a repetição da cobrança pela concessionária de distribuição de energia elétrica no Município, na forma adotada por ela para a cobrança da tarifa de energia elétrica, até o final do exercício financeiro, quando os valores deverão ser inscritos em Dívida Ativa.

**§3º** Os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, não recebidos pela concessionária de distribuição de energia elétrica no Município, serão informados mensalmente à Prefeitura Municipal.

**§4º** Os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, lançados a qualquer título e não liquidados até o final do exercício deverão ser inscritos na Dívida Ativa Municipal.

**§5º** A atualização dos valores, constantes da Tabela - Anexo I da presente lei será realizado a cada exercício pelo mesmo índice e forma aplicados aos créditos tributários do Município.

**§6º** A revisão dos valores constantes da Tabela - Anexo I da presente lei que implique em majoração acima dos índices previstos no parágrafo anterior, será procedida mediante lei específica.

**§7º** A concessionária ficará responsável pelo encaminhamento periódico do cadastro de unidades consumidoras e da relação anual dos contribuintes inadimplentes à Fazenda Municipal, bem como, pela prestação de todas as informações por esta solicitadas, nos termos do convênio ou do contrato.

**Continuação da Lei Complementar n.º 246/2013.**

**Art. 7º** Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil, a ser regulamentado mediante lei especifica, ao qual serão destinados todos os recursos arrecadados com a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, para fazer frente às despesas decorrentes dos serviços de iluminação pública fixados na presente Lei.

**Art. 8º** O Poder Executivo deverá encaminhar ao Legislativo Municipal, no prazo de até 15 (quinze) dias de sua assinatura, cópia dos termos de convênios ou contratos firmados com as concessionárias de distribuição de energia elétrica no Município, para a cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, bem como, cópia do contrato com o prestador de serviços que trata essa lei.

**Art. 9º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014 ou noventa dias após sua publicação (art. 150, III "b" e "c" da CF), o que vier depois.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 11 de Dezembro de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 020/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 058/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**Continuação da Lei Complementar n.º 246/2013.**

**ANEXO I**
**(art. 5º - Lei Complementar nº ____)**

**TABELA**

| Classe / Consumo (kW/h) | | Valor Fixo Mensal (R$) |
|---|---|---|
| **Baixa Renda** | | 0,00 |
| **Residencial** | **31 - 50** | 5,00 |
| | **51 - 80** | 7,00 |
| | **81 - 140** | 9,00 |
| | **141 - 200** | 11,00 |
| | **201 - 300** | 13,00 |
| | **301 - 400** | 15,00 |
| | **401 - 500** | 22,00 |
| | **501 - 1000** | 25,00 |
| | **> 1000** | 28,00 |
| **Industrial** | **Até 100** | 15,00 |
| | **101 - 200** | 25,00 |
| | **201 - 400** | 35,00 |
| | **401 - 600** | 70,00 |
| | **601 - 1000** | 100,00 |
| | **> 1000** | 200,00 |
| **Comercial** | **Até 100** | 15,00 |
| | **101 - 200** | 30,00 |
| | **201 - 400** | 50,00 |
| | **401 - 600** | 70,00 |
| | **601 - 1000** | 90,00 |
| | **> 1000** | 180,00 |
| **Rural** | | 10,00 |
| **Entes e Órgãos Públicos** | | 100,00 |
| **Imóveis não edificados** | | R$ 10,00 |

# LEI COMPLEMENTAR N.º 245.

**"Altera a Lei Complementar Municipal nº 001/93, e sua legislação correlata, que trata do Quadro de Servidores Municipais e dá outras providências".**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR"

**Art. 1º** Ficam criados os cargos e aumentadasas vagas no Quadro de Servidores Municipais de Provimento em Comissão, que passam a integrar no Anexo II da Lei Complementar n.º 001/93, conforme descrito abaixo:

## ANEXO II

## CARGO EM COMISSÃO

| Cargo | Vaga que se Cria | Total | Referência |
|---|---|---|---|
| Chefe de Divisão e Departamento Contábil | 01 | 01 | 20 |
| Chefe de Divisão e Departamento Financeiro | 01 | 01 | 20 |

**Parágrafo único:** Os requisitos para preenchimento e as atribuições em relação aos cargos acima descritos serão regulamentadas por Decreto.

**Art. 2º** As despesas com a presente Lei Complementar correrão por conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 11 de novembro de 2013.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 11 de Dezembro de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 019/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 057/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**Continuação da Lei Complementar n.º 245/2013.**

***LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93***

***ANEXO I***

***CARGOS PERMANENTES***

| QTDE. | DENOMINAÇÃO | REFERÊNCIA |
|---|---|---|
| 25 | AGENTE COMUNITÁRIO | 04 A 06 |
| 06 | AGENTE DE SEGURANÇA ESCOLAR FEMININO | 07 A 09 |
| 06 | AGENTE DE SEGURANÇA ESCOLAR MASCULINO | 07 A 09 |
| 60 | AGENTE ESCOLAR | 07 A 09 |
| 04 | AGENTE DE TRANSITO | 07 A 09 |
| 01 | AGRÔNOMO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 02 | AJUDANTE DE COZINHA I, II, III | 01 A 03 |
| 15 | AJUDANTE DE PEDREIRO I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | ALMOXARIFE I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | ARQUITETO JUNIOR, SENIOR E MASTER | 13 A 15 |
| 01 | ASSESSOR DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE CULTURA | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE ESPORTES | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE OFICINA ABRIGADA | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE PATRIMONIO | 11 A 13 |
| 02 | ASSESSOR DO DEPTO DE SAUDE | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE TURISMO | 11 A 13 |
| 03 | ASSISTENTE DE CIRURGIÃO DENTISTA | 05 A 07 |
| 01 | ASSISTENTE SOCIAL DA SAUDE | 13 A 15 |
| 02 | ASSISTENTE SOCIAL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 06 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 07 A 09 |
| 01 | AUXILIAR DE DEPTº CADASTRO I, II, III | 07 A 09 |
| 01 | AUXILIAR DE DEPTº COMPRAS I, II, III | 07 A 09 |
| 02 | AUXILIAR DE DEPTº CONTADORIA I, II, III | 07 A 09 |
| 02 | AUXILIAR DE DEPTº LANÇADORIA I, II, III | 07 A 09 |
| 16 | AUXILIAR DE ENFERMAGEM I, II, III | 06 A 08 |
| 25 | AUXILIAR DE SERVIÇO DE LIMPEZA PUBLICA | 03 A 05 |
| 06 | AUXILIAR DE SERVIÇOS ESPORTIVOS | 05 A 07 |
| 01 | BIBLIOTECÁRIO I, II, III | 11 A 13 |
| 01 | BIOLOGO | 13 A 15 |
| 01 | BOMBISTA TROCADOR DE OLEO | 09 A 10 |
| 02 | CARPINTEIRO I,II,III | 07 A 09 |
| 05 | COLETOR DE LIXO I, II, III | 04 A 06 |
| 01 | CONTÍNUO I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | COPEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 01 | COVEIRO I, II, III | 04 A 06 |
| 18 | COZINHEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 10 | DENTISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | DESENHISTA I, II, III | 09 A 11 |
| 04 | ELETRICISTA I, II, III | 07 A 09 |
| 02 | ENCANADOR I, II, III | 04 A 06 |
| 01 | ENCARREGADO DA DIVISÃO DA JUNTA MILITAR | 08 A 10 |
| 02 | ENCARREGADO DE CADASTRAMENTO DE IMOVEIS | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE CONTROLE DE CONSUMO DE AGUA | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE SERVIÇO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE AGROPECUARIO | 08 A 10 |

**Continuação da Lei Complementar n.º 245/2013.**

| | | |
|---|---|---|
| 01 | ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO DE AMBULANTES | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE MERENDA I, II, III | 07 A 09 |
| 01 | ENCARREGADO DE INFORMATICA | 08 A 10 |
| 02 | ENCARREGADO DE OBRAS I, II, III | 07 A 09 |
| 01 | ENCARREGADO DE SERVIÇO DE LANÇAMENTOS DE TRIBUTOS | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO ARQUIVO PUBLICO | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO POSTO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO POSTO DE SAÚDE | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DOS SERVIÇOS DE AGUA | 08 A 10 |
| 04 | ENFERMEIRA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 10 A 12 |
| 01 | ENGENHEIRO AGRICOLA | 15 A 17 |
| 02 | ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 16 A 18 |
| 07 | ESCRITURÁRIO I, II, III | 05 A 07 |
| 01 | FARMACEUTICO BIOQUIMICO | 13 A 15 |
| 01 | FARMACÊUTICO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 39 | FAXINEIRA I, II, III | 01 A 03 |
| 02 | FISCAL DE OBRAS I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | FISCAL SANITÁRIO I, II, III | 08 A 10 |
| 01 | FISCAL TRIBUTÁRIO I, II, III | 08 A 10 |
| 03 | FISIOTERAPEUTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | FONOAUDIÓLOGA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 33 | GUARDA MUNICIPAL I, II, III | 07 A 09 |
| 09 | INSPETOR DE ALUNO I, II, III | 03 A 05 |
| 01 | INSTRUTOR DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE JUNIOR, SENIOR E MASTER | 12 A 14 |
| 01 | INSTRUTOR DE FANFARRA | 10 A 12 |
| 03 | INSTRUTOR DE INFORMÁTICA | 10 A 12 |
| 01 | INSTRUTOR DE MUSICA | 10 A 12 |
| 13 | JARDINEIRO I, II, III | 03 A 05 |
| 12 | LAVADEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 02 | MECÂNICO I, II, III | 07 A 09 |
| 06 | MÉDICO ESPECIALISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 18 | MÉDICO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 13 | MEDICO PRONTO SOCORRISTA (PLANTÃO 24 HORAS) | |
| 05 | MEDICO PRONTO SOCORRISTA PEDIATRA (PLANTÃO 12 HORAS) | |
| 01 | MEDICO VETERINÁRIO | 13 A 15 |
| 01 | MEDICO DO TRABALHO | 15 |
| **24** | **MERENDEIRA I, II, III** | **02 A 04** |
| 20 | MONITOR, I, II, III | 03 A 05 |
| 17 | MOTORISTA AMBULÂNCIA I, II, III | 07 A 09 |
| 13 | MOTORISTA I, II, III | 05 A 07 |
| 09 | MOTORISTA DE ONIBUS I, II, III | 06 A 08 |
| 02 | NUTRICIONISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 02 | OPERADOR DE ETA | 10 A 12 |
| 01 | OPERADOR DE MAQUINA ESTEIRA | 10 A 12 |
| 04 | OPERADOR DE MÁQUINA I, II, III | 06 A 08 |
| 01 | OPERADOR DE MAQUINA MOTONIVELADORA | 10 A 12 |
| 01 | ORIENTADOR DE FUTEBOL I, II, III | 07 A 09 |
| 19 | PEDREIRO I, II, III | 05 A 07 |

**Continuação da Lei Complementar n.º 245/2013.**

| | | |
|---|---|---|
| 02 | PINTOR I, II, III | 06 A 08 |
| 01 | PREGOEIRO (A) | 09 |
| 02 | PROCURADOR JURIDICO JUNIOR | 18 |
| 02 | PROCURADOR JURIDICO SENIOR | 20 |
| 01 | PROFESSOR DE MÚSICA I, II, III | 07 A 09 |
| 07 | PROFESSOR EDUAÇÃO FÍSICA | 15 A 17 |
| 02 | PSICÓLOGO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | PSICOPEDAGOGO | 13 A 15 |
| 16 | RECEPCIONISTA I, II, III | 04 A 06 |
| 02 | SALVA VIDAS | 11 A 13 |
| 04 | SECRETÁRIA I, II, III | 06 A 08 |
| 60 | SERVIÇOS GERAIS I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | TÉCNICO AGRÍCOLA I, II, III | 08 A 10 |
| 01 | TECNICO DE LABORATORIO | 08 A 10 |
| 01 | TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA | 08 A 10 |
| 03 | TÉCNICO RAIO X, I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | TELEFONISTA I, II, III | 05 A 07 |
| 02 | TERAPEUTA OCUPACIONAL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | TESOUREIRO I, II, III | 20 |
| 07 | TRATADOR DE ÁGUA I, II, III | 04 A 06 |
| 12 | TRATORISTA I, II, III | 04 A 06 |
| 07 | VIGIA I, II, III | 03 A 05 |
| 02 | ZELADOR I, II, III | 03 A 05 |

**Continuação da Lei Complementar n.º 245/2013.**

***LEI COMPLEMENTAR N.º 001/1993***
***ANEXO II***
***CARGOS EM COMISSÃO***

| QTDE | DENOMINAÇÃO | REFERÊNCIA |
|---|---|---|
| 01 | ASSESSOR DE IMPRENSA | 19 |
| 03 | ASSESSOR DE GABINETE | 15 |
| 01 | CHEFE DE GABINETE | 21 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EVENTOS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE LANÇADORIA | 13 |
| 01 | CHEFE DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE | 13 |
| 01 | CHEFE DE DEPARMENTO DE COMPRAS | 18 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTES DA SAÚDE | 13 |
| 01 | CHEFE DE DEPARMENTO DE EXPEDIENTE E SECRETARIA | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE POSTO DA FAMÍLIA-PSF | 18 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ENFERMAGEM | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE OFICINA MECÂNICA | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SERRALHERIA E MANUTENÇÃO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ESPORTES | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL | 13 |
| **01** | **CHEFE DE DIVISÃO E DEPARTAMENTO CONTÁBIL** | **20** |
| **01** | **CHEFE DE DIVISÃO E DEPARTAMENTO FINANCEIRO** | **20** |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE | 20 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE ENGENHARIA | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE TURISMO | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE CULTURA | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE RECURSOS HUMANOS | 18 |
| 01 | DIRETOR ADMINISTRATIVO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL | 21 |
| 01 | DIRETOR DE SAÚDE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE EDUCAÇÃO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE TURISMO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE ESPORTES | 21 |
| 01 | DIRETOR DE CULTURA E EVENTOS | 21 |
| 01 | DIRETOR DE MEIO AMBIENTE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE FINANÇAS | 21 |
| 01 | DIRETOR DE OBRAS E PLANEJAMENTO | 21 |
| 01 | DIRETOR DEPARTAMENTO JURÍDICO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE PATRIMÔNIO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE TRANSPORTE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE PARQUES E JARDINS | 21 |
| 01 | DIRETOR DE SEGURANÇA E TRANSITO | 21 |
| 05 | CONSELHEIRO TUTELAR | 09 |

# LEI COMPLEMENTAR N.º 244

***"Altera disposições da Lei Complementar n.º 121 de 27 de dezembro de 2001, e dá outras providências".***

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR":

**Art. 1º** O *caput* do art. 105 e o Artigo 107 da Lei Complementar nº 121 de 27 de dezembro de 2001, passa a ter a seguinte redação:

**"Art. 105**. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos ou o valor declarado na transmissão, sendo sempre aquele que for maior."

**"Art. 107** – Para cálculo do Imposto será aplicada a alíquota de 3% (três por cento) sobre a base de cálculo definida nos Artigos 105 e 106.

**§ 1º** - Nos casos de transferência com financiamento pelo Sistema Financeiro da Habitação, será cobrado o imposto com a alíquota de 0,5% (meio por cento) sobre o valor financiado e 3% (três por cento) sobre o valor excedente".

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014 ou 90 (noventa) dias após sua publicação (art. 150, III "b" e "c" da CF).

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 09 de Dezembro de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 015/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 054/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**LEI COMPLEMENTAR N.º 243.**

**"ALTERA O MAPA DE VALORES DE TERRENOS E EDIFICAÇÕES ANEXO DA LEI N.º 076/93 E SUAS ALTERAÇÕES".**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR":

**Art. 1º** Fica alterado o mapa de valores de terrenos e edificações instituído pela Lei n° 076 de 27 de dezembro de 1993 e suas alterações, conforme mapa em anexo, que faz parte integrante da presente lei.

**Art. 2º** Os loteamentos aprovados pela municipalidade a partir da promulgação desta lei, serão classificados, como segue:

**A – Loteamento residencial:**

**I-** De interesse social – cor lilás;

**II-** Loteamento aberto – cor azul marinho,

**III-** Loteamento fechado ou condomínio – cor verde.

**B** – Loteamentos comerciais, industriais e de serviços – cor vermelha.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Novembro de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 017/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 053/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

# LEI COMPLEMENTAR N.º 242,

**"Altera os anexos da Lei Complementar Municipal nº 001/93 e sua legislação correlata, que trata do Quadro de Servidores Municipais e dá outras providências".**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR".

**Art. 1º** Fica alterada a referencia salarial para o cargo de Bibliotecário, no Quadro de Servidores Municipais de Provimento Efetivo, Anexo I da Lei Complementar n.º 001/93, conforme descrito abaixo:

## ANEXO I
## CARGO PERMANENTE

| Nomenclatura Anterior | Lei de Criação | Referência Anterior | Referência Atual |
|---|---|---|---|
| Bibliotecário | LC 001/1993 | 11 | 13 |

**Art. 2º** Fica criado no Quadro de Servidores Municipais de provimento em comissão, o cargo de Supervisor de Ensino Pedagógico, que passa a integrar o Anexo II da Lei Complementar n.º 001/93, conforme descrito abaixo:

***§ 1º - "Os requisitos para o preenchimento e as atribuições em relação ao cargo que trata o caput, serão estabelecidos por Decreto".***

***§ 2º - "O Decreto que trata o § 1º, será editado em 30 (trinta) dias, da promulgação da presente Lei e deverá ser encaminhado ao Legislativo, em até 15 (quinze) dias, após sua edição".***

## ANEXO II
## CARGOS EM COMISSÃO

| Quantidade | Nomenclatura Atual | Referência |
|---|---|---|
| 01 | Supervisor de Ensino Pedagógico | 20 |

**Art. 3º** O cargo de Chefe de Departamento de Promoção Social do Quadro de Servidores Municipais de provimento em comissão, Anexo II da Lei Complementar n.º 001/93, passa a ser assim especificado:

Continuação da LC n.º 242/2013.

| Quantidade | Nomenclatura Atual | Referência | Requisitos de Preenchimento |
|---|---|---|---|
| 01 | Chefe de Departamento de Promoção Social | 18 | Curso Superior em Serviço Social |

**Art. 4º** As despesas com a presente Lei Complementar correrão por conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

**Art. 5º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 20 de Setembro de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 014/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 044/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**Continuação da LC n.º 242/2013.**

***LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93***
***ANEXO I***
***CARGOS PERMANENTES***

| QTDE. | DENOMINAÇÃO | REFERÊNCIA |
|---|---|---|
| 25 | AGENTE COMUNITÁRIO | 04 A 06 |
| 06 | AGENTE DE SEGURANÇA ESCOLAR FEMININO | 07 A 09 |
| 06 | AGENTE DE SEGURANÇA ESCOLAR MASCULINO | 07 A 09 |
| 60 | AGENTE ESCOLAR | 07 A 09 |
| 04 | AGENTE DE TRANSITO | 07 A 09 |
| 01 | AGRÔNOMO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 02 | AJUDANTE DE COZINHA I, II, III | 01 A 03 |
| 15 | AJUDANTE DE PEDREIRO I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | ALMOXARIFE I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | ARQUITETO JUNIOR, SENIOR E MASTER | 13 A 15 |
| 01 | ASSESSOR DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE CULTURA | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE ESPORTES | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE OFICINA ABRIGADA | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE PATRIMONIO | 11 A 13 |
| 02 | ASSESSOR DO DEPTO DE SAUDE | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE TURISMO | 11 A 13 |
| 03 | ASSISTENTE DE CIRURGIÃO DENTISTA | 05 A 07 |
| 01 | ASSISTENTE SOCIAL DA SAUDE | 13 A 15 |
| 02 | ASSISTENTE SOCIAL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 06 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 07 A 09 |
| 01 | AUXILIAR DE DEPTº CADASTRO I, II, III | 07 A 09 |
| 01 | AUXILIAR DE DEPTº COMPRAS I, II, III | 07 A 09 |
| 02 | AUXILIAR DE DEPTº CONTADORIA I, II, III | 07 A 09 |
| 02 | AUXILIAR DE DEPTº LANÇADORIA I, II, III | 07 A 09 |
| 16 | AUXILIAR DE ENFERMAGEM I, II, III | 06 A 08 |
| 25 | AUXILIAR DE SERVIÇO DE LIMPEZA PUBLICA | 03 A 05 |
| 06 | AUXILIAR DE SERVIÇOS ESPORTIVOS | 05 A 07 |
| **01** | **BIBLIOTECÁRIO I, II, III** | 13 |
| 01 | BIOLOGO | 13 A 15 |
| 01 | BOMBISTA TROCADOR DE OLEO | 09 A 10 |
| 02 | CARPINTEIRO I,II,III | 07 A 09 |
| 05 | COLETOR DE LIXO I, II, III | 04 A 06 |
| 01 | CONTÍNUO I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | COPEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 01 | COVEIRO I, II, III | 04 A 06 |
| 18 | COZINHEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 10 | DENTISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | DESENHISTA I, II, III | 09 A 11 |
| 04 | ELETRICISTA I, II, III | 07 A 09 |
| 02 | ENCANADOR I, II, III | 04 A 06 |
| 01 | ENCARREGADO DA DIVISÃO DA JUNTA MILITAR | 08 A 10 |
| 02 | ENCARREGADO DE CADASTRAMENTO DE IMOVEIS | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE CONTROLE DE CONSUMO DE AGUA | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE SERVIÇO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE AGROPECUARIO | 08 A 10 |

**Continuação da LC n.º 242/2013.**

| | | |
|---|---|---|
| 01 | ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO DE AMBULANTES | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE MERENDA I, II, III | 07 A 09 |
| 01 | ENCARREGADO DE INFORMATICA | 08 A 10 |
| 02 | ENCARREGADO DE OBRAS I, II, III | 07 A 09 |
| 01 | ENCARREGADO DE SERVIÇO DE LANÇAMENTOS DE TRIBUTOS | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO ARQUIVO PUBLICO | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO POSTO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO POSTO DE SAÚDE | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DOS SERVIÇOS DE AGUA | 08 A 10 |
| 04 | ENFERMEIRA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 10 A 12 |
| 01 | ENGENHEIRO AGRICOLA | 15 A 17 |
| 02 | ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 16 A 18 |
| 07 | ESCRITURARIO I, II, III | 05 A 07 |
| 01 | FARMACEUTICO BIOQUIMICO | 13 A 15 |
| 01 | FARMACÊUTICO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 39 | FAXINEIRA I, II, III | 01 A 03 |
| 02 | FISCAL DE OBRAS I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | FISCAL SANITÁRIO I, II, III | 08 A 10 |
| 01 | FISCAL TRIBUTÁRIO I, II, III | 08 A 10 |
| 03 | FISIOTERAPEUTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | FONOAUDIÓLOGA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 33 | GUARDA MUNICIPAL I, II, III | 07 A 09 |
| 09 | INSPETOR DE ALUNO I, II, III | 03 A 05 |
| 01 | INSTRUTOR DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE JUNIOR, SENIOR E MASTER | 12 A 14 |
| 01 | INSTRUTOR DE FANFARRA | 10 A 12 |
| 03 | INSTRUTOR DE INFORMÁTICA | 10 A 12 |
| 01 | INSTRUTOR DE MÚSICA | 10 A 12 |
| 13 | JARDINEIRO I, II, III | 03 A 05 |
| 12 | LAVADEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 02 | MECÂNICO I, II, III | 07 A 09 |
| 06 | MEDICO ESPECIALISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 18 | MEDICO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 13 | MEDICO PRONTO SOCORRISTA (PLANTÃO 24 HORAS) | |
| 05 | MEDICO PRONTO SOCORRISTA PEDIATRA (PLANTÃO 12 HORAS) | |
| 01 | MEDICO VETERINARIO | 13 A 15 |
| 01 | MEDICO DO TRABALHO | 15 |
| 32 | MERENDEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 20 | MONITOR, I, II, III | 03 A 05 |
| 17 | MOTORISTA AMBULÂNCIA I, II, III | 07 A 09 |
| 13 | MOTORISTA I, II, III | 05 A 07 |
| 09 | MOTORISTA DE ONIBUS I, II, III | 06 A 08 |
| 02 | NUTRICIONISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 02 | OPERADOR DE ETA | 10 A 12 |
| 01 | OPERADOR DE MAQUINA ESTEIRA | 10 A 12 |
| 04 | OPERADOR DE MÁQUINA I, II, III | 06 A 08 |
| 01 | OPERADOR DE MÁQUINA MOTONIVELADORA | 10 A 12 |
| 01 | ORIENTADOR DE FUTEBOL I, II, III | 07 A 09 |
| 19 | PEDREIRO I, II, III | 05 A 07 |
| 02 | PINTOR I, II, III | 06 A 08 |

**Continuação da LC n.º 242/2013.**

| | | |
|---|---|---|
| 01 | PREGOEIRO (A) | 09 |
| 02 | PROCURADOR JURIDICO JUNIOR | 18 |
| 02 | PROCURADOR JURIDICO SENIOR | 20 |
| 01 | PROFESSOR DE MÚSICA I, II, III | 07 A 09 |
| 07 | PROFESSOR EDUAÇÃO FÍSICA | 15 A 17 |
| 02 | PSICÓLOGO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | PSICOPEDAGOGO | 13 A 15 |
| 16 | RECEPCIONISTA I, II, III | 04 A 06 |
| 02 | SALVA VIDAS | 11 A 13 |
| 04 | SECRETÁRIA I, II, III | 06 A 08 |
| 60 | SERVIÇOS GERAIS I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | TÉCNICO AGRÍCOLA I, II, III | 08 A 10 |
| 01 | TECNICO DE LABORATORIO | 08 A 10 |
| 01 | TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA | 08 A 10 |
| 03 | TÉCNICO RAIO X, I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | TELEFONISTA I, II, III | 05 A 07 |
| 02 | TERAPEUTA OCUPACIONAL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | TESOUREIRO I, II, III | 20 |
| 07 | TRATADOR DE ÁGUA I, II, III | 04 A 06 |
| 12 | TRATORISTA I, II, III | 04 A 06 |
| 07 | VIGIA I, II, III | 03 A 05 |
| 02 | ZELADOR I, II, III | 03 A 05 |

Continuação da LC n.º 242/2013.

*LEI COMPLEMENTAR N.º 001/1993*
***ANEXO II***
*CARGOS EM COMISSÃO*

| QTDE | DENOMINAÇÃO | REFERÊNCIA |
|---|---|---|
| 01 | ASSESSOR DE IMPRENSA | 19 |
| 03 | ASSESSOR DE GABINETE | 15 |
| 01 | CHEFE DE GABINETE | 21 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE CONTADORIA E FINANÇAS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EVENTOS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE LANÇADORIA | 13 |
| 01 | CHEFE DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE | 13 |
| 01 | CHEFE DE DEPARMENTO DE COMPRAS | 18 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTES DA SAÚDE | 13 |
| 01 | CHEFE DE DEPARMENTO DE EXPEDIENTE E SECRETARIA | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE POSTO DA FAMÍLIA-PSF | 18 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ENFERMAGEM | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE OFICINA MECÂNICA | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SERRALHERIA E MANUTENÇÃO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ESPORTES | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL | 13 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE | 20 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE ENGENHARIA | 13 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE TURISMO | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE CULTURA | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE RECURSOS HUMANOS | 18 |
| 01 | DIRETOR ADMINISTRATIVO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL | 21 |
| 01 | DIRETOR DE SAÚDE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE EDUCAÇÃO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE TURISMO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE ESPORTES | 21 |
| 01 | DIRETOR DE CULTURA E EVENTOS | 21 |
| 01 | DIRETOR DE MEIO AMBIENTE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE FINANÇAS | 21 |
| 01 | DIRETOR DE OBRAS E PLANEJAMENTO | 21 |
| 01 | DIRETOR DEPARTAMENTO JURÍDICO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE PATRIMÔNIO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE TRANSPORTE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE PARQUES E JARDINS | 21 |
| 01 | DIRETOR DE SEGURANÇA E TRANSITO | 21 |
| 05 | CONSELHEIRO TUTELAR | 09 |
| **01** | **SUPERVISOR DE ENSINO PEDAGÓGICO** | **20** |

# LEI COMPLEMENTAR N.° 241

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO PARA CESSÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR MUNICIPAL EFETIVO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR":

**Art. 1°.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse, visando a cessão de servidores efetivo de seu quadro permanente, para o serviço público do Município de Santo Antônio de Posse.

§1°. A cessão prevista na presente lei se dará exclusivamente por solicitação expressa do servidor, devidamente acompanhada por declaração, certidão ou ofício do Chefe do Executivo do Município de Santo Antônio de Posse, dando conta de que há vaga e interesse em receber o servidor em cessão sem ônus para o Município da Estância Turística de Holambra.

§2°. A cessão prevista na presente lei será formalizada por ato discricionário do Chefe do Poder Executivo Municipal da Estância Turística de Holambra, em razão de interesse público.

§3°. O servidor cedido deverá ocupar junto ao Município de Santo Antônio de Posse cargo ou função equivalentes ao seu cargo ou função de origem no Município da Estância Turística de Holambra, executando tarefas compatíveis ou assemelhadas com aquelas desempenhadas na origem.

**Art. 2°.** A cessão de que trata a presente lei se dará sem quaisquer ônus para o Município da Estância Turística de Holambra, e, sem prejuízo dos vencimentos do servidor em relação ao seu cargo de origem, ou ao cargo a ser ocupado em razão de sua cessão, devendo perceber o que for maior.

Parágrafo único. Considera-se o período de cessão como sendo de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

**Art. 3°.** As contribuições previdenciárias devidas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) serão destinadas ao Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra IPMH, devendo ser procedidas às retenções das contribuições do servidor cedido, que acrescidas da cota patronal a cargo do Município de Santo Antônio de Posse, serão devidas na forma dos arts. 35 a 39, da Lei Complementar nº 221, de 11 de fevereiro de 2011, do Município da Estância Turística de Holambra, devendo ser recolhidas pelo Município de Santo Antônio de Posse na forma prevista no art. 37, *caput*, da mesma Lei Complementar 221/2011, até o décimo dia útil do mês subseqüente ao do fato gerador.

**Continuação da Lei Complementar n.º 241/2013.**

**§1º.** Às contribuições previdenciárias aqui tratadas aplica-se integralmente o previsto na alínea "a", inciso III, do art. 4º, da Lei Complementar nº 221, de 11 de fevereiro de 2011, que mantém a condição de segurado do servidor nos casos de cessão, com ou sem ônus, a quaisquer dos entes federativos.

**§2º.** O Município de Santo Antônio de Posse deverá providenciar seu cadastro junto ao Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra IPMH, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias.

**Art. 4°.** O Município de Santo Antônio de Posse deverá providenciar mensalmente a remessa das informações de freqüência, vencimentos e os comprovantes dos recolhimentos das contribuições previdenciárias do servidor cedido para efeito de atualização de seu cadastro funcional.

**Parágrafo único**. Para o mesmo efeito do disposto no *caput* o Município de Santo Antônio de Posse, deverá encaminhar as avaliações periódicas de desempenho do servidor cedido.

**Art. 5º.** Existindo interesse público justificado pelos Municípios partícipes ou pedido expresso do servidor cedido, o presente convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, por quaisquer dos partícipes, retornando o servidor ao seu cargo de origem no Município da Estância Turística de Holambra, não gerando, sob qualquer título, direitos ou obrigações para quaisquer dos partícipes ou ao servidor cedido, indenizações materiais ou morais ou mesmo qualquer direito à incorporação de acréscimos nos vencimentos do servidor, exceto aqueles decorrentes de seu cargo de origem no Município da Estância Turística de Holambra, em razão de seu efetivo exercício funcional.

**§1º.** O termo final do convênio previsto na presente lei se dará:

**a)** pelo prazo nele fixado;
**b)** pelo fim do mandato eletivo da autoridade que assinar o ato de cessão considerado inclusive o período de eventual reeleição.

**§2º.** A cessão prevista na presente lei terá o prazo ***prorrogado, a critério das autoridades competentes conveniadas.***

**Art. 6°.** A autorização prevista na presente lei fica restrita ***ao limite de 01 (um) funcionário efetivo do quadro permanente de servidores da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vedada a cessão de qualquer servidor ocupante de cargo ou função comissionada.***

**Parágrafo único**. Para cálculo do número de servidores do quadro permanente possível de cessão serão desprezadas toda e qualquer fração resultante do cálculo sendo considerados apenas os números inteiros.

**Art. 7º.** É parte integrante dessa lei a minuta de convênio - Anexo I.

***Parágrafo Único – Deverá ser encaminhada à Câmara Municipal, cópia do convênio firmado, em até 15 (quinze) dias após sua assinatura.***

**Continuação da Lei Complementar n.º 241/2013.**

## ANEXO I

## TERMO DE CONVÊNIO

**Convênio que entre si celebram o Município da Estância Turística de Holambra e o Município de Santo Antônio de Posse, objetivando a cessão de servidores públicos municipais.**

Por este instrumento, as partes, de um lado, o MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 67.172.437/0001-83, com sede à Alameda Maurício de Nassau, n° 444, Centro, Holambra – SP, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, FERNANDO FIORI DE GODOY, brasileiro, portador do RG n° _____ e inscrito no CPF sob n° _____, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO CEDENTE**, e, de outro, o MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n° _____, com sede à Rua _____, nº _____, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, MAURÍCIO DIMAS COMISSO, portador da Cédula de Identidade RG n° _____e inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO CESSIONÁRIO**, celebram entre si o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**DO OBJETO**

1 O presente convênio tem por objetivo a cessão de servidores públicos efetivos do MUNICÍPIO CEDENTE ao MUNICÍPIO CESSIONÁRIO.

1.1 A cessão de servidores de que trata a cláusula anterior dar-se-á por nos termos do art. 1º, §1º, da Lei Complementar _____, observada a disponibilidade de recursos humanos e orçamentários.

1.2 A cessão em tela será formalizada pelo MUNICÍPIO CEDENTE, através da expedição Portaria do Chefe do Executivo Municipal, formalidade que deverá ser observada também quando do término da cessão do servidor, com o registro de seu retorno ao cargo de origem.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

**DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES E DOS SERVIDORES CEDIDOS**

2.1 O MUNICÍPIOCEDENTE obriga-se a:

**Continuação da Lei Complementar n.º 241/2013.**

**Art. 8º.** A presente lei, se necessário, poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 25 de julho de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 013/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 039/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**Continuação da Lei Complementar n.º 241/2013.**

a) ceder os servidores ao MUNICÍPIO CESSIONÁRIO, para prestarem serviços junto aos seus órgãos, nos termos da Lei Complementar nº ____;

b) promover à edição dos atos necessários à cessão e quando do retorno do servidor ao seu cargo de origem;

c) manter atualizados os registros funcionais do servidor cedido;

d) fiscalizar o correto recolhimento das contribuições previdenciárias a cargo do MUNICÍPIO CESSIONÁRIO, ao Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra IPMH.

2.2 O MUNICÍPIO CESSIONÁRIO obriga-se a:

a) expedir certidão, declaração ou ofício através do Chefe do Executivo Municipal, informando a existência de vaga e o interesse em receber o servidor em cessão sem ônus para o Município da Estância Turística de Holambra;

b) expedir os atos necessários ao recebimento do servidor em seu quadro funcional;

c) designar o servidor cedido para tarefas compatíveis ou assemelhadas com aquelas desempenhadas na origem e correspondentes ao respectivo cargo ou função;

d) suportar os ônus decorrentes da cessão em especial, mas não exclusivamente o pagamento dos vencimentos do servidor cedido inclusive aqueles decorrentes das funções exercidas no MUNICÍPIO CEDENTE ou as que forem atribuídas ao cargo no MUNICÍPIO CESSIONÁRIO;

e) promover seu cadastro junto ao Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra IPMH, e o recolhimento das contribuições previdenciárias, nos termos e prazos previstos na Lei Complementar nº 221, de 11 de fevereiro de 2011, do Município da Estância Turística de Holambra;

f) apresentar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos do MUNICÍPIO CEDENTE:

1. as informações de freqüência, vencimentos e os comprovantes dos recolhimentos das contribuições previdenciárias, e;

2. periodicamente as avaliações de desempenho do servidor cedido para efeito de atualização de seu cadastro funcional;

a) expedir os atos formais necessários quando do término da cessão do servidor.

Parágrafo único. As ocorrências de caráter disciplinar envolvendo, eventualmente, a conduta de servidor municipal cedido, constatadas pelo MUNICÍPIO CESSIONÁRIO, serão imediatamente comunicadas ao MUNICÍPIO CEDENTE,

**Continuação da Lei Complementar n.º 241/2013.**

mediante relatório circunstanciado, contendo declarações do superior hierárquico e do servidor municipal envolvido acerca dos fatos, para as providências cabíveis.

2.3 O Servidor Cedido, obriga-se a:

a) apresentar requerimento dirigido ao Chefe do Executivo Municipal acompanhado de certidão, declaração ou ofício através do Chefe do Executivo Municipal, informando a existência de vaga e o interesse em recebê-lo nos termos do que preceitua o art. 1º, §1º, da Lei Complementar _____.

b) obedecer aos horários da repartição em que atuarem e às orientações e fiscalizações do MUNICÍPIO CESSIONÁRIO.

c) subordinar-se às normas disciplinares e funcionais existente no MUNICÍPIO CESSIONÁRIO.

2.4 Os partícipes e servidores cedidos, obrigam-se conjuntamente a:

a) zelar pelo exato cumprimento do quanto estabelecido no presente instrumento;

b) denunciar quaisquer irregularidades que venham a ocorrer durante a execução do presente convênio.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

**DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3 As despesas decorrentes do presente convênio onerarão as dotações próprias do MUNICÍPIO CESSIONÁRIO.

**CLÁUSULA QUARTA**

**DA VIGÊNCIA**

4 Este convênio terá o prazo de_____, a contar da data de sua assinatura, ficando limitada a sua vigência ao estabelecido no disposto pelo art. 5º, e seus §§, da Lei Complementar _____.

4.1 Respeitados a vigência e o objeto estipulados, o presente instrumento poderá ser aditado, mediante instrumento próprio, para as adequações ou ajustes que se fizerem necessários, objetivando a continuidade de sua execução.

**CLÁUSULA QUINTA**

**DA LEGISLAÇÃO**

5 O presente convênio será regido, no que couber, pela Lei nº 8.666/93, bem como, pelas demais normas de direito público aplicáveis.

**Continuação da Lei Complementar n.º 241/2013.**

**CLÁUSULA SEXTA**

**DA DENÚNCIA**

6 O presente convênio poderá ser denunciado por manifestação unilateral ou consensual, a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, mediante notificação formal, nos termos do art. 5º, *caput*, da Lei Complementar nº _____.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

**DA RESCISÃO**

7 O descumprimento das obrigações definidas neste instrumento ensejará sua denúncia, cabendo a promoção desta ao partícipe que não lhe deu causa ou ao próprio servidor cedido.

**CLÁUSULA OITAVA**

**DO FORO**

8 Os casos omissos e dúvidas que surgirem na execução deste convênio serão resolvidos de comum acordo pelos partícipes, ficando eleito o Foro Distrital de Artur Nogueira, Comarca de Mogi Mirim – SP, para dirimir questões na esfera Judiciária.

E, por estarem as partes de comum acordo com as cláusulas e termos do presente, e para que produza efeitos legais, firmam-no em 3 (três) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Estância Turística de Holambra,

_____
FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito da Estância Turística de Holambra

_____
MAURÍCIO DIMAS COMISSO
Prefeito de Santo Antônio de Posse

Testemunhas:
1. _____
Nome:
RG:
CIC:
2. _____
Nome:
RG:
CIC:

# LEI COMPLEMENTAR N.º 240

**ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N° 221/2011 QUE DISPÕE SOBRE O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA – IPMH.**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR":

**Art. 1º** Ficam revogados o parágrafo 11, do art. 45, o inciso III do artigo 46, do Capitulo II – Da Organização do RPPS, Seção I – Do Conselho Administrativo, e o art. 67 do Capítulo IV, Das Disposições Finais, todos da Lei Complementar nº 221, de 11 de fevereiro de 2011.

**Art. 2°** Fica alterada a redação do §1° do artigo 50, do Capitulo II – Da Organização do RPPS, Seção III – Da Superintendência que passa a vigorar conforme segue:

*"Artigo 50 – (...)*

*§1°. O Superintendente Chefe será escolhido e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, em comissão nos termos do art. 51, caput, da presente lei.*

*§2º. Para o preenchimento do cargo de Superintendente Chefe deverão ser exigidos os seguintes requisitos:*

*I - Nível superior completo e Certificação CPA 10 junto a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;*

*II – Não apresentar o nomeado os impedimentos constantes do art. 1º, I, da Lei Complementar 64/90 (Lei da Ficha Limpa).*

*§3º. O não preenchimento dos requisitos acima que venha a ocorrer ou ser verificado após a nomeação, implica na obrigação de destituição "ad nutum", sob pena de responsabilidade da autoridade nomeante.*

**Art. 3°** Acrescenta o Parágrafo Único ao artigo 56, do Título III, Capitulo III – Das Disposições Gerais, passando a vigorar conforme abaixo:

***"Artigo 56** – (...)*

**Continuação da LC n.º 240/2013.**

***Parágrafo Único*** *– O horário de expediente do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra – IPMH será o mesmo das demais repartições públicas da Prefeitura e da Câmara Municipal, ou seja, de segunda a sexta feira, das 08h00 horas até as 17h00 horas, com 01 (uma) hora de intervalo para almoço."*

**Art. 4°** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Maio de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 011/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 025/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

# LEI COMPLEMENTAR N.º 239

**"Autoriza o Executivo Municipal a readquirir os bens imóveis que especifica e dá outras providências.".**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR"

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos do art. 15, IX, da Lei Orgânica do Município de Holambra, autorizado a readquirir os seguintes imóveis que, pertencentes ao Município foram alienados, ao Sr. EDSON ZAVIOLO, brasileiro, empresário, com RG nº 20.645.355-3-SSPSP e CPF nº 111.755.778-20, residente e domiciliado na Rua das Acácias, 2368 – Artur Nogueira – SP – CEP 13.160-000, através da Concorrência Pública, sob nº 003/2012, a saber:

**a)** bem imóvel objeto da **matrícula nº 8.866**, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, assim descrito e caracterizado "uma chácara sob nº 04 da quadra L, do condomínio denominado Fazenda Duas Maria, situada no perímetro urbano de Jaguariúna, medindo 31,00ms de frente para a Rua 8, nos fundos mede 79,99ms. Confrontando com a praça nº 11, pelo lado esquerdo mede 145,00ms onde confronta com a chácara 5, e pelo lado direito mede 100,00ms. Confrontando com chácara 3, com área total de 5.700mts.$^2$

**b)** bem imóvel objeto da **matrícula nº 55.969**, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, assim descrito e caracterizado "um lote de terreno sob nº 03 da Quadra 32 do loteamento Parque Residencial dos Imigrantes, no município de Holambra – SP, com área de 1.997,09m$^2$ com 45,85m de frente para a Rua Projetada 06, do lado direito com 50,00m, confrontando com o lote 02, do lado esquerdo com 51,83m confrontando com a área verde e sistema de lazer IV e nos fundos com 34,03m, confrontando com a propriedade de Alberto Pedro Van DenBroek".

**Art. 2º.** O preço a ser pago não poderá ser superior ao valor pago ao vencedor da Concorrência Pública, sob nº 003/2012, Sr. EDSON ZAVIOLO, no valor total de R$ 262.200,00 (duzentos e sessenta e dois mil e duzentos reais), que não deverá sofrer qualquer correção ou atualização, sendo que as despesas com a escritura, registro, e outras despesas e encargos necessários à regularização e efetivação da compra deverão ser suportadas pelo alienante Sr. EDSON ZAVIOLO.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal poderá inclusive proceder ao pagamento do valor estabelecido no *caput* de forma parcelada, desde que, sem quaisquer incidências de juros ou correção monetária, e até o limite da gestão fiscal do atual Prefeito Municipal.

**Continuação da Lei Complementar n.º 239/2013.**

**Art. 3º.** As despesas decorrentes da presente lei serão suportadas por verbas próprias do orçamento suplementadas se necessário.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Maio de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 010/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 024/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

*Capital Nacional das Flores*

# LEI COMPLEMENTAR N.º 238

***"ALTERA A TABELA DE VENCIMENTOS, ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 230/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR"

***Artigo 1º***. - *Ficam reajustados em 8,49% (oito vírgula quarenta e nove por cento), os valores constantes da Tabela de Vencimentos dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, "Anexo I", da Lei Complementar nº 224 de 21 de março de 2011, alterado pela Lei Complementar nº. 230, de 08 de dezembro de 2011.*

***Artigo 2º.*** - *A tabela de referência em anexo substitui a Tabela em vigor.*

***Artigo 3º.*** - *As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente e futuro, suplementadas se necessário.*

***Artigo 4º***. - *Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º. de maio de 2013.*

***Artigo 5º*** - *Revogam-se as disposições em contrário.*

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Maio de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autores do Projeto de Lei Complementar n.º 009/2013: Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 022/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**Continuação da LC n.º 238/2013.**

***ANEXO I***
***TABELA DE VENCIMENTOS***

| REFERÊNCIA | VENCIMENTOS (R$) |
|---|---|
| 1 | 976,41 |
| 2 | 1.054,52 |
| 3 | 1.138,88 |
| 4 | 1.229,99 |
| 5 | 1.328,38 |
| 6 | 1.434,65 |
| 7 | 1.549,42 |
| 8 | 1.673,37 |
| 9 | 1.807,26 |
| 10 | 1.951,83 |
| 11 | 2.107,98 |
| 12 | 2.276,61 |
| 13 | 2.458,74 |
| 14 | 2.655,44 |
| 15 | 2.867,87 |
| 16 | 3.097,30 |
| 17 | 3.345,09 |
| 18 | 3.612,70 |
| 19 | 3.849,64 |
| 20 | 4.157,61 |
| 21 | 4.490,21 |
| 22 | 5.572,05 |

# LEI COMPLEMENTAR N.º 237

**"Altera a Lei Complementar Municipal nº 001/93, e sua legislação correlata, que trata do Quadro de Servidores Municipais e dá outras providências".**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR"

**Art. 1º** Ficam criados os cargos e aumentadas as vagas no Quadro de Servidores Municipais de Provimento Efetivo passando a integrar o Anexo I da Lei Complementar n.º 001/93, conforme descrito abaixo:

## ANEXO I

## CARGO PERMANENTE

| Cargo | Lei de Criação | Vaga Existente | Vaga que se Cria | TOTAL | REFERÊNCIA |
|---|---|---|---|---|---|
| Encarregado de Cadastramento de Imóveis | LC 180/2007 | 01 | 01 | 02 | 08 a 10 |
| Pregoeiro(a) | - | - | 01 | 01 | 09 |
| Médico Especialista | LC 001/93 | 05 | 01 | 06 | 13 |

**Parágrafo único:** Os requisitos para preenchimento e as atribuições em relação ao cargo de Pregoeiro serão regulamentadas por Decreto.

**Art. 2º** Ficam alteradas as nomenclaturas e referências salariais no Quadro de Servidores Municipais de provimento em comissão, que passam a integrar no Anexo II da Lei Complementar n.º 001/93, conforme descrito no quadro abaixo:

## ANEXO II

## CARGOS EM COMISSÃO

| Nomenclatura Anterior | Lei de Criação | Nomenclatura Atual | Referência Anterior | Referência Atual |
|---|---|---|---|---|
| Diretor Departamento Bem Estar Social | LC 073/1997 | Diretor de Promoção Social | 21 | 21 |
| Chefe de Departamento de Bem Estar Social | LC 061/1996 | Chefe de Departamento de Promoção Social | 18 | 18 |
| Chefe de Departamento de Finanças | LC 218/2010 | Chefe de Departamento de Finanças e Contabilidade | 18 | 20 |

**Continuação da LC n.º 237/2013.**

| | | |
|---|---|---|
| 01 | ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE AGROPECUARIO | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO DE AMBULANTES | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE MERENDA I, II, III | 07 A 09 |
| 01 | ENCARREGADO DE INFORMATICA | 08 A 10 |
| 02 | ENCARREGADO DE OBRAS I, II, III | 07 A 09 |
| 01 | ENCARREGADO DE SERVIÇO DE LANÇAMENTOS DE TRIBUTOS | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO ARQUIVO PUBLICO | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO POSTO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DO POSTO DE SAÚDE | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DOS SERVIÇOS DE AGUA | 08 A 10 |
| 04 | ENFERMEIRA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 10 A 12 |
| 01 | ENGENHEIRO AGRICOLA | 15 A 17 |
| 02 | ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 16 A 18 |
| 07 | ESCRITURÁRIO I, II, III | 05 A 07 |
| 01 | FARMACEUTICO BIOQUIMICO | 13 A 15 |
| 01 | FARMACÊUTICO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 39 | FAXINEIRA I, II, III | 01 A 03 |
| 02 | FISCAL DE OBRAS I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | FISCAL SANITÁRIO I, II, III | 08 A 10 |
| 01 | FISCAL TRIBUTÁRIO I, II, III | 08 A 10 |
| 03 | FISIOTERAPEUTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | FONOAUDIÓLOGA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 33 | GUARDA MUNICIPAL I, II, III | 07 A 09 |
| 09 | INSPETOR DE ALUNO I, II, III | 03 A 05 |
| 01 | INSTRUTOR DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE JUNIOR, SENIOR E MASTER | 12 A 14 |
| 01 | INSTRUTOR DE FANFARRA | 10 A 12 |
| 03 | INSTRUTOR DE INFORMÁTICA | 10 A 12 |
| 01 | INSTRUTOR DE MUSICA | 10 A 12 |
| 13 | JARDINEIRO I, II, III | 03 A 05 |
| 12 | LAVADEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| **02** | **MECÂNICO I, II, III** | **07 A 09** |
| **06** | **MÉDICO ESPECIALISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER** | **13 A 15** |
| 18 | MÉDICO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 13 | MEDICO PRONTO SOCORRISTA (PLANTÃO 24 HORAS) | |
| 05 | MEDICO PRONTO SOCORRISTA PEDIATRA (PLANTÃO 12 HORAS) | |
| 01 | MEDICO VETERINÁRIO | 13 A 15 |
| 01 | MEDICO DO TRABALHO | 15 |
| 32 | MERENDEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 20 | MONITOR, I, II, III | 03 A 05 |
| 17 | MOTORISTA AMBULÂNCIA I, II, III | 07 A 09 |
| 13 | MOTORISTA I, II, III | 05 A 07 |
| 09 | MOTORISTA DE ONIBUS I, II, III | 06 A 08 |
| 02 | NUTRICIONISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 02 | OPERADOR DE ETA | 10 A 12 |
| 01 | OPERADOR DE MAQUINA ESTEIRA | 10 A 12 |
| 04 | OPERADOR DE MÁQUINA I, II, III | 06 A 08 |
| 01 | OPERADOR DE MAQUINA MOTONIVELADORA | 10 A 12 |
| 01 | ORIENTADOR DE FUTEBOL I, II, III | 07 A 09 |

**Continuação da LC n.º 237/2013.**

| | | |
|---|---|---|
| 19 | PEDREIRO I, II, III | 05 A 07 |
| 02 | PINTOR I, II, III | 06 A 08 |
| **01** | **PREGOEIRO (A)** | **09** |
| 02 | PROCURADOR JURIDICO JUNIOR | 18 |
| 02 | PROCURADOR JURIDICO SENIOR | 20 |
| 01 | PROFESSOR DE MÚSICA I, II, III | 07 A 09 |
| 07 | PROFESSOR EDUAÇÃO FÍSICA | 15 A 17 |
| 02 | PSICÓLOGO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | PSICOPEDAGOGO | 13 A 15 |
| 16 | RECEPCIONISTA I, II, III | 04 A 06 |
| 02 | SALVA VIDAS | 11 A 13 |
| 04 | SECRETÁRIA I, II, III | 06 A 08 |
| 60 | SERVIÇOS GERAIS I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | TÉCNICO AGRÍCOLA I, II, III | 08 A 10 |
| 01 | TECNICO DE LABORATORIO | 08 A 10 |
| 01 | TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA | 08 A 10 |
| 03 | TÉCNICO RAIO X, I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | TELEFONISTA I, II, III | 05 A 07 |
| 02 | TERAPEUTA OCUPACIONAL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | TESOUREIRO I, II, III | 20 |
| 07 | TRATADOR DE ÁGUA I, II, III | 04 A 06 |
| 12 | TRATORISTA I, II, III | 04 A 06 |
| 07 | VIGIA I, II, III | 03 A 05 |
| 02 | ZELADOR I, II, III | 03 A 05 |

**Continuação da LC n.º 237/2013.**

***LEI COMPLEMENTAR N.º 001/1993***
***ANEXO II***
***CARGOS EM COMISSÃO***

| QTDE | DENOMINAÇÃO | REFERÊNCIA |
|---|---|---|
| 01 | ASSESSOR DE IMPRENSA | 19 |
| 03 | ASSESSOR DE GABINETE | 15 |
| 01 | CHEFE DE GABINETE | 21 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE CONTADORIA E FINANÇAS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EVENTOS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE LANÇADORIA | 13 |
| 01 | CHEFE DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE | 13 |
| 01 | CHEFE DE DEPARMENTO DE COMPRAS | 18 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTES DA SAÚDE | 13 |
| 01 | CHEFE DE DEPARMENTO DE EXPEDIENTE E SECRETARIA | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE POSTO DA FAMÍLIA-PSF | 18 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ENFERMAGEM | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE OFICINA MECÂNICA | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SERRALHERIA E MANUTENÇÃO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ESPORTES | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL | 13 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE | 18 |
| **01** | **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE** | **20** |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO | 18 |
| **01** | **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL** | **18** |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE ENGENHARIA | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE TURISMO | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE CULTURA | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE RECURSOS HUMANOS | 18 |
| 01 | DIRETOR ADMINISTRATIVO | 21 |
| **01** | **DIRETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL** | **21** |
| 01 | DIRETOR DE SAÚDE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE EDUCAÇÃO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE TURISMO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE ESPORTES | 21 |
| 01 | DIRETOR DE CULTURA E EVENTOS | 21 |
| 01 | DIRETOR DE MEIO AMBIENTE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE FINANÇAS | 21 |
| 01 | DIRETOR DE OBRAS E PLANEJAMENTO | 21 |
| 01 | DIRETOR DEPARTAMENTO JURÍDICO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE PATRIMÔNIO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE TRANSPORTE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE PARQUES E JARDINS | 21 |
| 01 | DIRETOR DE SEGURANÇA E TRANSITO | 21 |
| 05 | CONSELHEIRO TUTELAR | 09 |
| | | |

**Continuação da LC n.º 237/2013.**

**Art. 3º** As despesas com a presente Lei Complementar correrão por conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 26 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Maio de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 008/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 021/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**Continuação da LC n.º 237/2013.**

***LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93***
***ANEXO I***
***CARGOS PERMANENTES***

| QTDE. | DENOMINAÇÃO | REFERÊNCIA |
|---|---|---|
| 25 | AGENTE COMUNITÁRIO | 04 A 06 |
| 06 | AGENTE DE SEGURANÇA ESCOLAR FEMININO | 07 A 09 |
| 06 | AGENTE DE SEGURANÇA ESCOLAR MASCULINO | 07 A 09 |
| 60 | AGENTE ESCOLAR | 07 A 09 |
| 04 | AGENTE DE TRANSITO | 07 A 09 |
| 01 | AGRÔNOMO JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 02 | AJUDANTE DE COZINHA I, II, III | 01 A 03 |
| 15 | AJUDANTE DE PEDREIRO I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | ALMOXARIFE I, II, III | 08 A 10 |
| 02 | ARQUITETO JUNIOR, SENIOR E MASTER | 13 A 15 |
| 01 | ASSESSOR DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE CULTURA | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE ESPORTES | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE OFICINA ABRIGADA | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE PATRIMONIO | 11 A 13 |
| 02 | ASSESSOR DO DEPTO DE SAUDE | 11 A 13 |
| 01 | ASSESSOR DO DEPTO DE TURISMO | 11 A 13 |
| 03 | ASSISTENTE DE CIRURGIÃO DENTISTA | 05 A 07 |
| 01 | ASSISTENTE SOCIAL DA SAUDE | 13 A 15 |
| 02 | ASSISTENTE SOCIAL JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 06 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 07 A 09 |
| 01 | AUXILIAR DE DEPTº CADASTRO I, II, III | 07 A 09 |
| 01 | AUXILIAR DE DEPTº COMPRAS I, II, III | 07 A 09 |
| 02 | AUXILIAR DE DEPTº CONTADORIA I, II, III | 07 A 09 |
| 02 | AUXILIAR DE DEPTº LANÇADORIA I, II, III | 07 A 09 |
| 16 | AUXILIAR DE ENFERMAGEM I, II, III | 06 A 08 |
| 25 | AUXILIAR DE SERVIÇO DE LIMPEZA PUBLICA | 03 A 05 |
| 06 | AUXILIAR DE SERVIÇOS ESPORTIVOS | 05 A 07 |
| 01 | BIBLIOTECÁRIO I, II, III | 11 A 13 |
| 01 | BIOLOGO | 13 A 15 |
| 01 | BOMBISTA TROCADOR DE OLEO | 09 A 10 |
| 02 | CARPINTEIRO I,II,III | 07 A 09 |
| 05 | COLETOR DE LIXO I, II, III | 04 A 06 |
| 01 | CONTÍNUO I, II, III | 01 A 03 |
| 01 | COPEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 01 | COVEIRO I, II, III | 04 A 06 |
| 18 | COZINHEIRA I, II, III | 02 A 04 |
| 10 | DENTISTA JUNIOR, SENIOR, MASTER | 13 A 15 |
| 01 | DESENHISTA I, II, III | 09 A 11 |
| 04 | ELETRICISTA I, II, III | 07 A 09 |
| 02 | ENCANADOR I, II, III | 04 A 06 |
| 01 | ENCARREGADO DA DIVISÃO DA JUNTA MILITAR | 08 A 10 |
| **02** | **ENCARREGADO DE CADASTRAMENTO DE IMOVEIS** | **08 A 10** |
| 01 | ENCARREGADO DE CONTROLE DE CONSUMO DE AGUA | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE SERVIÇO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS | 08 A 10 |
| 01 | ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | 08 A 10 |

**Continuação da Lei Complementar n.º 241/2013.**

**CLÁUSULA SEXTA**

**DA DENÚNCIA**

6 O presente convênio poderá ser denunciado por manifestação unilateral ou consensual, a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, mediante notificação formal, nos termos do art. 5º, *caput*, da Lei Complementar nº _____.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

**DA RESCISÃO**

7 O descumprimento das obrigações definidas neste instrumento ensejará sua denúncia, cabendo a promoção desta ao partícipe que não lhe deu causa ou ao próprio servidor cedido.

**CLÁUSULA OITAVA**

**DO FORO**

8 Os casos omissos e dúvidas que surgirem na execução deste convênio serão resolvidos de comum acordo pelos partícipes, ficando eleito o Foro Distrital de Artur Nogueira, Comarca de Mogi Mirim – SP, para dirimir questões na esfera Judiciária.

E, por estarem as partes de comum acordo com as cláusulas e termos do presente, e para que produza efeitos legais, firmam-no em 3 (três) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Estância Turística de Holambra,

_____
FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito da Estância Turística de Holambra

_____
MAURÍCIO DIMAS COMISSO
Prefeito de Santo Antônio de Posse

Testemunhas:
1. _____
Nome:
RG:
CIC:
2. _____
Nome:
RG:
CIC:

# LEI COMPLEMENTAR N.º 240

**ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N° 221/2011 QUE DISPÕE SOBRE O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA – IPMH.**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR":

**Art. 1º** Ficam revogados o parágrafo 11, do art. 45, o inciso III do artigo 46, do Capitulo II – Da Organização do RPPS, Seção I – Do Conselho Administrativo, e o art. 67 do Capítulo IV, Das Disposições Finais, todos da Lei Complementar nº 221, de 11 de fevereiro de 2011.

**Art. 2°** Fica alterada a redação do §1° do artigo 50, do Capitulo II – Da Organização do RPPS, Seção III – Da Superintendência que passa a vigorar conforme segue:

*"Artigo 50 – (...)*

*§1°. O Superintendente Chefe será escolhido e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, em comissão nos termos do art. 51, caput, da presente lei.*

*§2º. Para o preenchimento do cargo de Superintendente Chefe deverão ser exigidos os seguintes requisitos:*

*I - Nível superior completo e Certificação CPA 10 junto a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;*

*II – Não apresentar o nomeado os impedimentos constantes do art. 1º, I, da Lei Complementar 64/90 (Lei da Ficha Limpa).*

*§3º. O não preenchimento dos requisitos acima que venha a ocorrer ou ser verificado após a nomeação, implica na obrigação de destituição "ad nutum", sob pena de responsabilidade da autoridade nomeante.*

**Art. 3°** Acrescenta o Parágrafo Único ao artigo 56, do Título III, Capitulo III – Das Disposições Gerais, passando a vigorar conforme abaixo:

***"Artigo 56** – (...)*

**Continuação da LC n.º 240/2013.**

***Parágrafo Único*** *– O horário de expediente do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra – IPMH será o mesmo das demais repartições públicas da Prefeitura e da Câmara Municipal, ou seja, de segunda a sexta feira, das 08h00 horas até as 17h00 horas, com 01 (uma) hora de intervalo para almoço."*

**Art. 4°** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Maio de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 011/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 025/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

# LEI COMPLEMENTAR N.º 239

**"Autoriza o Executivo Municipal a readquirir os bens imóveis que especifica e dá outras providências.".**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR"

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos do art. 15, IX, da Lei Orgânica do Município de Holambra, autorizado a readquirir os seguintes imóveis que, pertencentes ao Município foram alienados, ao Sr. EDSON ZAVIOLO, brasileiro, empresário, com RG nº 20.645.355-3-SSPSP e CPF nº 111.755.778-20, residente e domiciliado na Rua das Acácias, 2368 – Artur Nogueira – SP – CEP 13.160-000, através da Concorrência Pública, sob nº 003/2012, a saber:

**a)** bem imóvel objeto da **matrícula nº 8.866**, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, assim descrito e caracterizado "uma chácara sob nº 04 da quadra L, do condomínio denominado Fazenda Duas Maria, situada no perímetro urbano de Jaguariúna, medindo 31,00ms de frente para a Rua 8, nos fundos mede 79,99ms. Confrontando com a praça nº 11, pelo lado esquerdo mede 145,00ms onde confronta com a chácara 5, e pelo lado direito mede 100,00ms. Confrontando com chácara 3, com área total de 5.700mts.$^2$

**b)** bem imóvel objeto da **matrícula nº 55.969**, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim-SP, assim descrito e caracterizado "um lote de terreno sob nº 03 da Quadra 32 do loteamento Parque Residencial dos Imigrantes, no município de Holambra – SP, com área de 1.997,09m$^2$ com 45,85m de frente para a Rua Projetada 06, do lado direito com 50,00m, confrontando com o lote 02, do lado esquerdo com 51,83m confrontando com a área verde e sistema de lazer IV e nos fundos com 34,03m, confrontando com a propriedade de Alberto Pedro Van DenBroek".

**Art. 2º.** O preço a ser pago não poderá ser superior ao valor pago ao vencedor da Concorrência Pública, sob nº 003/2012, Sr. EDSON ZAVIOLO, no valor total de R$ 262.200,00 (duzentos e sessenta e dois mil e duzentos reais), que não deverá sofrer qualquer correção ou atualização, sendo que as despesas com a escritura, registro, e outras despesas e encargos necessários à regularização e efetivação da compra deverão ser suportadas pelo alienante Sr. EDSON ZAVIOLO.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal poderá inclusive proceder ao pagamento do valor estabelecido no *caput* de forma parcelada, desde que, sem quaisquer incidências de juros ou correção monetária, e até o limite da gestão fiscal do atual Prefeito Municipal.

**Continuação da Lei Complementar n.º 239/2013.**

**Art. 3º.** As despesas decorrentes da presente lei serão suportadas por verbas próprias do orçamento suplementadas se necessário.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Maio de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 010/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 024/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

# LEI COMPLEMENTAR N.º 238

***"ALTERA A TABELA DE VENCIMENTOS, ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 230/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR"

***Artigo 1º.*** *- Ficam reajustados em 8,49% (oito vírgula quarenta e nove por cento), os valores constantes da Tabela de Vencimentos dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, "Anexo I", da Lei Complementar nº 224 de 21 de março de 2011, alterado pela Lei Complementar nº. 230, de 08 de dezembro de 2011.*

***Artigo 2º.*** *- A tabela de referência em anexo substitui a Tabela em vigor.*

***Artigo 3º.*** *- As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente e futuro, suplementadas se necessário.*

***Artigo 4º.*** *- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º. de maio de 2013.*

***Artigo 5º*** *- Revogam-se as disposições em contrário.*

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de Maio de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autores do Projeto de Lei Complementar n.º 009/2013: Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 022/2013.

**CLAUDINEI FELICIO ALVES DA SILVA**
**Diretor Administrativo**

**Continuação da LC n.º 238/2013.**

***ANEXO I***
***TABELA DE VENCIMENTOS***

| REFERÊNCIA | VENCIMENTOS (R$) |
|---|---|
| 1 | 976,41 |
| 2 | 1.054,52 |
| 3 | 1.138,88 |
| 4 | 1.229,99 |
| 5 | 1.328,38 |
| 6 | 1.434,65 |
| 7 | 1.549,42 |
| 8 | 1.673,37 |
| 9 | 1.807,26 |
| 10 | 1.951,83 |
| 11 | 2.107,98 |
| 12 | 2.276,61 |
| 13 | 2.458,74 |
| 14 | 2.655,44 |
| 15 | 2.867,87 |
| 16 | 3.097,30 |
| 17 | 3.345,09 |
| 18 | 3.612,70 |
| 19 | 3.849,64 |
| 20 | 4.157,61 |
| 21 | 4.490,21 |
| 22 | 5.572,05 |

# LEI COMPLEMENTAR N.º 237

**"Altera a Lei Complementar Municipal nº 001/93, e sua legislação correlata, que trata do Quadro de Servidores Municipais e dá outras providências".**

"FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA APROVOU, E EU, **FERNANDO FIORI DE GODOY**, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR"

**Art. 1º** Ficam criados os cargos e aumentadas as vagas no Quadro de Servidores Municipais de Provimento Efetivo passando a integrar o Anexo I da Lei Complementar n.º 001/93, conforme descrito abaixo:

## ANEXO I

## CARGO PERMANENTE

| Cargo | Lei de Criação | Vaga Existente | Vaga que se Cria | TOTAL | REFERÊNCIA |
|---|---|---|---|---|---|
| Encarregado de Cadastramento de Imóveis | LC 180/2007 | 01 | 01 | 02 | 08 a 10 |
| Pregoeiro(a) | - | - | 01 | 01 | 09 |
| Médico Especialista | LC 001/93 | 05 | 01 | 06 | 13 |

**Parágrafo único:** Os requisitos para preenchimento e as atribuições em relação ao cargo de Pregoeiro serão regulamentadas por Decreto.

**Art. 2º** Ficam alteradas as nomenclaturas e referências salariais no Quadro de Servidores Municipais de provimento em comissão, que passam a integrar no Anexo II da Lei Complementar n.º 001/93, conforme descrito no quadro abaixo:

## ANEXO II

## CARGOS EM COMISSÃO

| Nomenclatura Anterior | Lei de Criação | Nomenclatura Atual | Referência Anterior | Referência Atual |
|---|---|---|---|---|
| Diretor Departamento Bem Estar Social | LC 073/1997 | Diretor de Promoção Social | 21 | 21 |
| Chefe de Departamento de Bem Estar Social | LC 061/1996 | Chefe de Departamento de Promoção Social | 18 | 18 |
| Chefe de Departamento de Finanças | LC 218/2010 | Chefe de Departamento de Finanças e Contabilidade | 18 | 20 |

# LEI COMPLEMENTAR N.º 235.

**"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA E REFERENCIA SALARIAL COMISSIONADOS E DE FUNÇÃO GRATIFICADA DO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/93 E ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 181/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**FERNANDO FIORI DE GODOY**, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, comarca de Mogi Mirim, estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica alterada a nomenclatura e referência salarial no Quadro de Servidores Municipais de provimento em comissão, conforme quadro abaixo:

| Nomenclatura anterior | Lei de Criação | Nomenclatura atual | Referência Anterior | Referência Atual |
|---|---|---|---|---|
| Chefe de Expediente e Secretaria | 001/1993 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E SECRETARIA | 13 | 18 |
| Chefe de Divisão de Posto de Saúde da Família-PSF | 001/1993 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE POSTO DA FAMÍLIA-PSF | 13 | 18 |
| Chefe de Divisão de Compras | 001/1993 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS | 13 | 18 |

**Art. 2º** Fica alterada a nomenclatura e referência salarial no Quadro de Servidores Municipais de provimento em funções gratificadas, conforme quadro abaixo:

| Nomenclatura anterior | Lei de Criação Função Gratificada | Nomenclatura atual | Referência Anterior | Referência Atual |
|---|---|---|---|---|
| Chefe de Divisão de Patrimônio | 181/2007 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO | 13 | 18 |

**Continuação da Lei Complementar n.º 235/2013.**

**Art. 3º** Incluiu as alterações nos Anexo II que passam a integrar na presente Lei, e todos os demais artigos da Lei Complementar n.º 001/93, permanecem inalterados e também incluiu a alteração no Anexo I da Lei Complementar n.º 181/2007.

**Art. 4º** As despesas com a presente Lei correrão por conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

**Art. 5º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02 de janeiro de 2013.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de janeiro de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 003/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 003/2013.

**PEDRO WANDERLEI GALLI**
**Diretor Administrativo**

**Continuação da Lei Complementar n.º 235/2013.**

***LEI COMPLEMENTAR N.º 001/1993***
***ANEXO II***
***CARGOS EM COMISSÃO***

| QTDE | DENOMINAÇÃO | REFERÊNCIA |
|---|---|---|
| 01 | ASSESSOR DE IMPRENSA | 19 |
| 03 | ASSESSOR DE GABINETE | 15 |
| 01 | CHEFE DE GABINETE | 21 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EVENTOS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE LANÇADORIA | 13 |
| 01 | CHEFE DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE | 13 |
| **01** | **CHEFE DE DEPARMENTO DE COMPRAS** | **18** |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTES DA SAÚDE | 13 |
| **01** | **CHEFE DE DEPARMENTO DE EXPEDIENTE E SECRETARIA** | **18** |
| **01** | **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE POSTO DA FAMÍLIA-PSF** | **18** |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ENFERMAGEM | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE OFICINA MECÂNICA | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SERRALHERIA E MANUTENÇÃO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ESPORTES | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE CONTADORIA E FINANÇAS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL | 13 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE FINANÇAS | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE BEM ESTAR SOCIAL | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE ENGENHARIA | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE TURISMO | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE CULTURA | 18 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE RECURSOS HUMANOS | 18 |
| 01 | DIRETOR ADMINISTRATIVO | 21 |
| 01 | DIRETOR DEP. BEM ESTAR SOCIAL | 21 |
| 01 | DIRETOR DE SAÚDE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE EDUCAÇÃO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE TURISMO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE ESPORTES | 21 |
| 01 | DIRETOR DE CULTURA E EVENTOS | 21 |
| 01 | DIRETOR DE MEIO AMBIENTE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE HABITAÇÃO E ACESSIBILIDADE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE FINANÇAS | 21 |

**Continuação da Lei Complementar n.º 235/2013.**

| | | |
|---|---|---|
| 01 | DIRETOR DE OBRAS E PLANEJAMENTO | 21 |
| 01 | DIRETOR DEPARTAMENTO JURÍDICO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE PATRIMÔNIO | 21 |
| 01 | DIRETOR DE TRANSPORTE | 21 |
| 01 | DIRETOR DE PARQUES E JARDINS | 21 |
| 01 | DIRETOR DE SEGURANÇA E TRANSITO | 21 |
| 05 | CONSELHEIRO TUTELAR | 09 |

***LEI COMPLEMENTAR N.º 181/2007***

***ANEXO I***

***FUNÇÕES GRATIFICADAS***

| QTDE | DENOMINAÇÃO | REFERÊNCIA |
|---|---|---|
| 01 | CHEFE DE DEPTO INFORMÁTICA | 19 |
| 01 | CHEFE DE DEPTO DE CONTABILIDADE | 19 |
| 04 | CHEFE DE OBRAS | 13 |
| 01 | MOTORISTA EXECUTIVO | 13 |
| **01** | **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO** | **18** |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS DE INSS | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE PATRIMÔNIO EDUCAÇÃO | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE TRÂNSITO | 13 |
| 03 | CHEFE DE EQUIPE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 13 |
| 06 | CHEFE DE EQUIPE DA GUARDA MUNICIPAL | 13 |
| 03 | CHEFE DE UNIDADE DE SAÚDE | 13 |
| 02 | ENCARREGADO DE AMBULÂNCIAS | 13 |
| 01 | ENCARREGADO DE DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR | 13 |
| 02 | ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO | 13 |
| 01 | ENCARREGADO DE COZINHA | 13 |
| 01 | CHEFE DE DIVISÃO DE TRIBUTOS | 13 |
| 01 | ENCARREGADO DE COMPRAS | 13 |
| 05 | ENCARREGADO DE PARQUES E JARDINS | 13 |
| 01 | CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS | 13 |
| 01 | CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE | 19 |
| 01 | SUPERVISOR DE TRIBUTOS | 17 |
| 01 | SUPERVISOR DE PARQUES E JARDINS | 17 |
| 01 | SUPERVISOR DE OBRAS | 17 |
| 01 | ENCARREGADO DE ETA | 13 |

# LEI COMPLEMENTAR N.º 234.

**"Regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos Municipal do Poder Executivo e da Autarquia pública".**

**FERNANDO FIORI DE GODOY**, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, comarca de Mogi Mirim, estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** As remunerações e os subsídios dos servidores públicos do Poder Executivo e Autarquia Pública, serão revistos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, no mês de maio, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões.

**Art. 2º** A revisão geral anual de que trata o artigo 1º observará as seguintes condições:

**I** - autorização na lei de diretrizes orçamentárias;

**II** - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

**III** - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;

**IV** - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho;

**V** - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o artigo 169 da Constituição Federal e a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 3º** No prazo de (30) trinta dias contados da vigência da lei orçamentária anual, os Poderes farão publicar as novas tabelas de vencimentos que vigorarão no respectivo exercício.

**Art. 4º** A revisão geral anual de que trata esta Lei Complementar, terá como referencia o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

**Continuação da Lei Complementar n.º 234/2013.**

**Art. 5º** Para a correta execução da presente Lei Complementar, o Executivo, sempre no mês de maio e referente ao período anual encerrado no mês de abril imediatamente anterior, processará os estudos necessários a fim de determinar o índice final de reajuste a ser aplicado pelo Município a todos aqueles referidos no artigo 1º, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

**Art. 6º** Ficam automaticamente majorados para o mínimo legal os vencimentos do quadro de remuneração do município que se encontrarem a menor do estipulado pelo Governo Federal.

**Art. 7º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de janeiro de 2013.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**
**Prefeito Municipal**

Autor do Projeto de Lei Complementar n.º 002/2013: Senhor FERNANDO FIORI DE GODOY, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço da Prefeitura Municipal, na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 002/2013.

**PEDRO WANDERLEI GALLI**
**Diretor Administrativo**